

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR  
2016/2017**



**TIG**

**O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO  
DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS  
SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR DO**  
**TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**CAP INF Rui Miguel Coelho Borges**

**CAP TM Tiago Filipe Abreu Moura Guedes (Coordenador)**

**CAP ART Cristina Maria Costa Pereira**

**CAP INF André Joaquim Teixeira Valente**

**CAP INF Rui Miguel Dos Santos Alves**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS EXE A/S 2016/2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR DO  
TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**CAP INF Rui Miguel Coelho Borges**

**CAP TM Tiago Filipe Abreu Moura Guedes (Coordenador)**

**CAP ART Cristina Maria Costa Pereira**

**CAP INF André Joaquim Teixeira Valente**

**CAP INF Rui Miguel Dos Santos Alves**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS EXE A/S 2016/2017

Orientador: MAJ INF António José Macedo Estrela Bastos

Pedrouços 2017



## Declaração de compromisso Antiplágio

Rui Miguel Coelho Borges,  
Tiago Filipe Abreu Moura Guedes,  
Cristina Maria Costa Pereira,  
André Joaquim Teixeira Valente,  
Rui Miguel Dos Santos Alves,

declaram por sua honra que o documento intitulado “O Movimento e Manobra na Campanha Militar do Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)” corresponde ao resultado da investigação desenvolvida enquanto discentes do Curso de Promoção a Oficial Superior de 2016/2017 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Lisboa, 03 de julho de 2017

Rui M. C. Borges

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Tiago F. A. M. Guedes

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Cristina M. C. Pereira

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

André J. T. Valente

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Rui M. S. Alves

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## **Agradecimentos**

Agradecemos ao orientador deste Trabalho de Investigação de Grupo, Major de Infantaria António José Macedo Estrela Bastos, pela constante disponibilidade e aconselhamento ao longo da realização deste trabalho.

Ao Sr. Coronel Tirocinado de Infantaria Comando Raul Miguel Socorro Folques, pela sua pronta disponibilidade em nos receber e contributo com a sua experiência nos TO de Angola e da Guiné-Bissau.

À biblioteca do Instituto Universitário Militar (IUM) e Arquivo Histórico Militar (AHM) pela cooperação e apoio na pesquisa e obtenção de bibliografia e fontes primárias de importância relevante para este trabalho.

A todos aqueles que também nos apoiaram ao longo do trabalho desenvolvido.

*A todos o nosso sentido agradecimento.*



## Índice

Introdução .....	1
1. Enquadramento e Concetualização Geral .....	3
1.1. Estado da arte .....	3
1.2. Análise doutrinária da Guerra do Ultramar .....	3
1.3. A Função de Combate Movimento e Manobra .....	8
1.4. Modelo de Análise.....	9
2. Caraterização das forças de manobra no Teatro de Operações .....	11
2.1. Tipos de força .....	11
2.2. Potencialidades e vulnerabilidades .....	12
3. Análise do dispositivo.....	15
3.1. Organização das forças de manobra para o combate .....	15
3.2. Dispositivo no Terreno .....	17
4. Análise do Movimento e Manobra .....	26
4.1. Caracterização das tarefas do movimento e manobra .....	26
4.1.1. Projeção de forças e ocupação de zonas de reunião .....	26
4.1.2. Manobra e movimentos táticos e fogo direto .....	27
4.1.3. Obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos.....	27
4.1.4. Mobilidade e contramobilidade .....	27
4.1.5. Pesquisa de informação .....	28
5. Operação Mar Verde.....	29
5.1. Enquadramento.....	29
5.2. Objetivos e Preparativos da Operação.....	30
5.3. Caracterização das tarefas do Movimento e Manobra .....	31
Conclusões.....	34
Bibliografia.....	36



## **Índices de Anexos**

Anexo A – Entrevista ao Sr. Cor Tir Inf ‘Cmd’ Raul Miguel Socorro Folques.....Anx A-1

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Defesa de uma povoação .....	5
Figura 2 - Patrulha de Vigilância.....	6
Figura 3 - Reação contra uma Emboscada .....	6
Figura 4 - Batida em Linha.....	7
Figura 5 - Emboscada num caminho .....	8
Figura 6 - Associação entre Pergunta Derivada, Perguntas Derivadas e Capítulos .....	9
Figura 7 - Dimensões e Indicadores do Modelo de Análise.....	10
Figura 8 - Efetivos na Guiné, de 1961 a 1973 .....	13
Figura 9 - Organigrama de um Batalhão de Caçadores em 1961 .....	16
Figura 10 - Dispositivo Operacional em 08Ago62.....	19
Figura 11 - Dispositivo Operacional em 23Dec64 .....	20
Figura 12 - Dispositivo Operacional em 04Dec68 .....	21
Figura 13 - Dispositivo Operacional em 03Ago69.....	22
Figura 14 - Dispositivo Operacional em 02Ago70.....	23
Figura 15- Dispositivo Operacional em 07Abr74 .....	24
Figura 16 - Evolução número de Unidades de Combate por Áreas de 1962 a 1974.....	25

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Objetivos de cada Grupo da Operação Mar Verde.....	30
---	----



## **Resumo**

Este trabalho apresenta como tema “O Movimento e Manobra na campanha militar do Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)”, um assunto de relevância para o Exército Português.

Como objetivo principal pretende-se cruzar a doutrina atual relativamente à função de combate Movimento e Manobra com as operações no Teatro de Operações (TO) da Guiné-Bissau no período de 1963 a 1974 procurando relacioná-los. Para esta análise, esta função de combate é analisada segundo os conceitos e tarefas que lhe correspondem atualmente por forma a ser possível identificar correspondência ou semelhanças com a aplicação desta função de combate no TO da Guiné-Bissau.

Inicialmente, caracteriza-se a doutrina atual relativamente à função de combate Movimento e Manobra e a doutrina existente no período em estudo, e seguidamente apresenta-se a organização, dispositivo e tipologia de forças de manobra presentes no TO permitindo identificar conceitos e tarefas relativos ao conceito atual desta função de combate. A realização de uma entrevista e consulta de arquivos primários permitiram uma sustentação da metodologia de análise. No final é analisada uma operação de grande envergadura, a Operação Mar Verde que foi executada em 1970, onde se analisam as várias componentes relativamente ao Movimento e Manobra.

Nas conclusões é possível identificar que os conceitos e tarefas da função de combate em estudo são identificadas naquele TO, sendo algumas mais evidentes que outras.

## **Palavras-chave**

Movimento e Manobra, Guiné-Bissau, Guerra do Ultramar, Guerra Colonial, Operação “Mar Verde”



### **Abstract**

*This work presents the theme "The warfighting function Movement and Manoeuvre in the Military Campaign of the Theater of Operations of Guinea-Bissau (1963-1974)", a subject of relevance for the Portuguese Army.*

*The main objective is to cross the current doctrine regarding the Movement and Manoeuvre warfighting function with the operations in Guinea-Bissau in the period from 1963 to 1974 seeking to relate them. For this analysis, this warfighting function is analysed according to the concepts and tasks that currently correspond to it in order to be able to identify correspondence or similarities with the application of this warfighting function in the theater of operations of Guinea-Bissau.*

*Initially, the current doctrine regarding the Combat and Maneuver warfighting function and the existing doctrine in the period under study is characterized, and then the organization, formation and typology of maneuvering forces present in the theater of operations are presented, allowing to identify concepts and tasks related to this warfighting function concept. The accomplishment of an interview and consultation of primary archives allowed an additional base for the analysis methodology. At the end, a large-scale operation in 1970, the “Mar Verde” Operation, is analyzed, analyzing the various components in relation to the Movement and Maneuver warfighting function.*

*In the conclusions, it is possible to identify that the concepts and tasks of the warfighting function under study are identified in that theatre of operations, some being more evident than others.*

### **Keywords**

*Movement and Maneuver, Guinea-Bissau, Portuguese Oversea War, Portuguese Colonial War, "Mar Verde" Operation*



## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

<b>A</b>	
ADRP	<i>Army Doctrine Reference Publication</i> (Doutrina do Exército dos EUA)
Agr	Agrupamento
AHM	Arquivo Histórico Militar
Art	Artilharia
<b>C</b>	
CAOP	Comando de Agrupamento Operacional
Cap	Capitão
CAT	Comando de Agrupamento Temporário
CCS	Companhia de Comando e serviços
CECA	Comissão para o Estudo das Campanhas de África
Cmd	Comando
COP	Comando Operacional
Cor	Coronel
COT	Comando Operacional Temporário
COMBIS	Comando de Bissau
CPOS EXE A/S	Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército Armas e Serviços
CTIG	Comando Territorial Independente da Guiné
<b>E</b>	
EME	Estado-Maior do Exército
EXE	Exército
<b>F</b>	
FFAA	Forças Armadas
<b>I</b>	
INF	Infantaria
IUM	Instituto Universitário Militar
<b>M</b>	
Maj	Major
<b>O</b>	
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>P</b>	
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PD	Pergunta Derivada
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PP	Pergunta de Partida
<b>T</b>	
TCor	Tenente-Coronel
TIG	Trabalho de Investigação de Grupo
Tir	Tirocinado
Tm	Transmissões
TO	Teatro de Operações
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos
<b>U</b>	
UEB	Unidade Escalão Batalhão
<b>Z</b>	
ZICAOP	Zona de Intervenção do CAOP
ZICC	Zona de Intervenção do Comando-Chefe



## **Introdução**

Este Trabalho de Investigação de Grupo (TIG) insere-se no Curso de Promoção a Oficial Superior (Armas e Serviços do Exército) a decorrer no IUM e é parte integrante de um conjunto de dez trabalhos que visam analisar as funções de combate na campanha militar do TO da Guiné-Bissau entre 1963 e 1974 de acordo com os atuais conceitos doutrinários. Neste trabalho o objeto de estudo será analisar a função de combate *Movimento e Manobra*.

A função de combate *Movimento e Manobra* será caracterizada de acordo com a realidade temporal, o período de 1963 a 1974, através do estudo dos seus fundamentos, conceitos e algumas tarefas que se incluem nessa função de combate, referenciando principalmente as forças de combate da componente terrestre, mas também considerando referências a unidades de Paraquedistas e de Fuzileiros que prestaram serviço neste TO.

A Campanha Militar no TO da Guiné-Bissau faz parte integrante da designada “Guerra do Ultramar” e foi um conflito armado entre guerrilheiros do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e as Forças Armadas (FFAA) de Portugal. O início das operações militares foi em 1963, apesar de terem ocorrido ações anticoloniais na Guiné-Bissau anteriormente. O conflito deflagrou cerca de dois anos depois do conflito em Angola. As primeiras operações militares realizaram-se em janeiro de 1963, com o ataque dos guerrilheiros do PAIGC à guarnição militar de Tite, a sul de Bissau, e com as primeiras emboscadas na região de Bedanda.

Das variadas operações militares no TO da Guiné-Bissau destaca-se a Operação *Mar Verde*, que decorreu de 20 a 22 de novembro de 1970, com a finalidade de libertar os militares portugueses prisioneiros em Conacri, destruir as bases e navios do PAIGC e derrubar o regime de Seko Touré. Esta Operação será analisada do ponto de vista da função de combate *Movimento e Manobra*.

O objeto de estudo será abordado com base na análise do cruzamento da informação de fontes primárias e secundárias tendo em conta os conceitos doutrinários aplicáveis à data. Como doutrina da época, destacam-se o *Guia para o emprego tático das pequenas unidades na contra guerrilha* de 1963 e o conjunto de obras de *O Exército na Guerra Subversiva* de 1966 do Estado-Maior do Exército. As publicações do Exército Português *PDE 3-00: Operações*, de abril de 2012 e *PDE 3-01: Tática das Operações de Combate – Volume I*, de fevereiro de 2015 elencam os conceitos doutrinários relativamente ao *Movimento e Manobra*.



O objetivo geral é paralelizar o conceito atual de função de combate *Movimento e Manobra* com os conceitos, fundamentos e tarefas existentes no TO no período de estudo.

Os objetivos específicos a atingir são os seguintes:

- 1 - Descrever as forças de manobra empregues no conflito, considerando o processo de africanização de algumas unidades;
- 2 - Caracterizar os fundamentos de emprego das forças de manobra;
- 3 - Analisar o dispositivo de forças no TO enquanto parte integrante da manobra;
- 4 - Avaliar o impacto da evolução na doutrina militar nas operações;
- 5 - Descrever uma operação de elevada importância do ponto de vista do Movimento e Manobra.

A metodologia científica aplicada é a proposta por Quivy e Campenhoudt (2008).

Para ir de encontro aos objetivos definiu-se a pergunta de partida:

“De que forma se aplicava o conceito atual de função de combate *Movimento e Manobra* no TO da Guiné-Bissau no período de 1963 a 1974?”

Como perguntas derivadas (PD) elaboraram-se as seguintes:

- PD 1 – Quais as forças de manobra presentes TO e qual a sua composição?
- PD 2 – De que forma o dispositivo de forças presente no TO se articulava com a manobra?
- PD 3 – De que forma as forças de manobra atuavam, considerando as suas principais táticas, técnicas e procedimentos (TTP)?
- PD 4 – Qual o contributo da participação na campanha na evolução doutrinária?
- PD 5 – Qual a importância e influência do movimento e manobra na Operação “Mar Verde”?

Como hipótese, surge que em analogia com o TO de Angola, o TO da Guiné-Bissau também contribuiu para a evolução do conceito *Movimento e Manobra*.

O trabalho está organizado em cinco capítulos seguidos das conclusões. No primeiro capítulo caracteriza-se de forma sucinta o conceito atual da função de combate *Movimento e Manobra* e descreve-se o modelo de análise adotado. No segundo capítulo apresenta-se a composição das forças de manobra no TO. O dispositivo e organização no TO dessas forças é apresentada no terceiro capítulo. No quarto capítulo são analisados os conceitos doutrinários da época tendo em consideração o modelo de análise. A análise da operação “Mar Verde” no quinto capítulo visa paralelizar os conceitos atuais de *Movimento e Manobra* mencionados no primeiro capítulo com os conceitos apresentados no capítulo anterior. No final são apresentadas as conclusões e proposta de trabalho futuro.



## 1. Enquadramento e Concetualização Geral

*“Para alcançar a vitória devemos concentrar nossa força no centro de poder e movimento do inimigo. Seu centro de gravidade.”*

Carl Von Clausewitz

Este capítulo pretende enquadrar o tema em estudo apresentando a evolução doutrinária da época em análise até ao conceito atual de *Movimento e Manobra* e assim definir os indicadores de análise utilizados para desenvolvimento do trabalho.

### 1.1.Estado da arte

Os TO das campanhas de África, configuraram um conflito de natureza não convencional, a guerra de guerrilha. A doutrina existente aplicada à guerra convencional, nomeadamente doutrina de origem OTAN, não era adequada às particularidades deste novo tipo de conflito armado.

Antes da guerra, foi estudada doutrina de outros países que já tinham sofrido com conflitos semelhantes tendo essa doutrina sido aplicada no início da guerra (Borges, et al., 2016).

Com o decorrer da guerra a doutrina foi sofrendo atualizações fruto da experiência adquirida sendo lançado a segunda edição do guia “O Exército na Guerra Subversiva”, de 1966, que, não contendo alterações significativas em relação à primeira edição, assumia-se como uma consolidação da doutrina desenvolvida (Borges, et al., 2016).

Sendo o conceito de *Movimento e Manobra* recente face ao período de estudo, em Borges, et al (2016), no estudo da *função de combate Movimento e Manobra no TO de Angola*, refere nas conclusões que as áreas dessa função de combate contribuíram para alterações no dispositivo, tipologia e tarefas das forças. Assim, é apontada a hipótese de que em analogia com o TO de Angola, o TO da Guiné-Bissau também contribuiu para a evolução do conceito *Movimento e Manobra*.

### 1.2.Análise doutrinária da Guerra do Ultramar

As campanhas no TO da Guiné, à semelhança de todas as campanhas da Guerra do Ultramar, inserem-se na denominada à altura Guerra Subversiva, sendo que as missões das forças militares seriam: “combater os bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-



regulares da subversão, executando operações militares defensivas e ofensivas” (EME, 1966).

Desta forma, no TO da Guiné, o planeamento das operações militares assentava sempre nas tarefas táticas que vinham explanadas no guia doutrinário – *O Exército na Guerra Subversiva* volumes I e II. No volume II – *Operações de contra bandos armados e guerrilhas*, são descritas as diferentes tarefas táticas que as forças terrestres poderiam empregar, de cariz defensivo e ofensivo.

Antes de caracterizar os tipos de operações da altura, é necessário distinguir as duas funções que eram atribuídas às forças na altura, e que contribuía, para a decisão da articulação e dispositivo das forças – função quadricula ou função de intervenção:

- ✓ “Função quadricula:
  - Defesa de pontos sensíveis, estabelecimento de postos militares;
  - Proteção de itinerários;
  - Pesquisa de notícias sobre o inimigo e de dados sobre o terreno e população;
  - Contacto com a população, ação psicossocial, controle da população;
  - Ação psicológica sobre o inimigo;
  - Hostilizar o inimigo na medida em que os meios disponíveis o permitirem.
- ✓ Função de intervenção:
  - Socorrer unidades, povoações e instalações atacadas;
  - Procurar o inimigo e hostiliza-lo o mais possível por toda a parte;
  - Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes referenciados e suas instalações” (EME, 1966).

Com esta análise, arriscamos a distinguir as tarefas atribuídas às forças em quadricula maioritariamente de cariz defensivo, sendo que as missões da função de intervenção caracterizavam-se maioritariamente por tarefas ofensivas.

De seguida, iremos analisar unicamente, as missões que encaixam na função de combate movimento e manobra.

Segundo o princípio básico da Guerra de contraguerrilha – espírito ofensivo e ação ofensiva, “O estabelecimento de medidas exclusivamente defensivas não pode impedir o desenvolvimento de um movimento guerrilheiro nem o aumento da sua agressividade. Só uma pertinaz ação ofensiva permitirá o aniquilamento total das forças rebeldes.” (EME, 1966). As ações ofensivas caracterizavam-se por serem um somatório de pequenas operações, previamente planeadas e coordenadas, com objetivos bem definidos.



Sendo assim, em relação às tarefas defensivas, consideramos, a defesa de pontos sensíveis e o estabelecimento de postos militares (segurança próxima e imediata) e a proteção de itinerários (segurança em movimento).

A defesa de pontos sensíveis<sup>1</sup>, podia englobar diferentes situações:

- ✓ Povoações;
- ✓ Instalações e maior interesse político, administrativo, económico e militar;
- ✓ Pontos vitais das vias de comunicação.

Por sua vez, os postos militares destinavam-se também à defesa de pontos sensíveis, mas que devido ao isolamento que os caracterizava assumiam a forma de fortim isolado.

No caso da defesa de uma povoação, conforme a , podemos constatar que existia uma combinação da manobra dos elementos fixos com elementos em movimento, de forma a criar uma segurança próxima e uma segurança afastada, obtendo desta forma a exploração do terreno, a recolha de informação e evitar a surpresa por parte da ameaça. Este tipo de tarefa tinha como finalidade garantir a defesa a todo o custo de uma povoação, ou simplesmente, alertar o comando superior e resistir temporariamente, aguardando a contrarreação da força de intervenção.



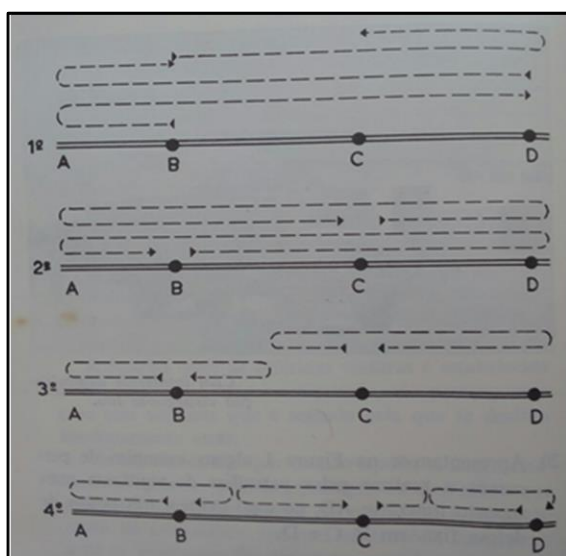
**Figura 1 - Defesa de uma povoação**

Fonte: (EME, 1966)

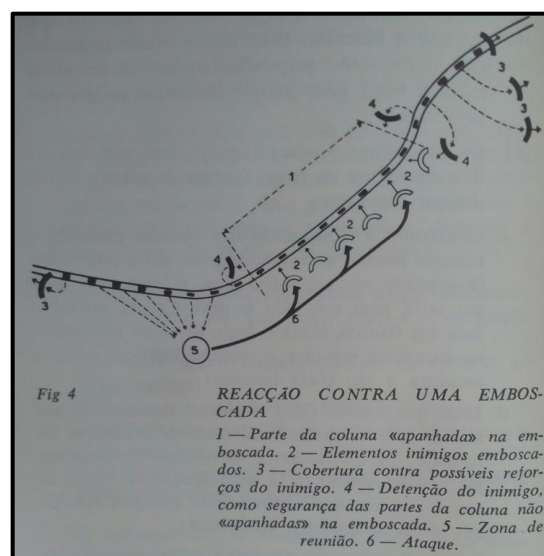
<sup>1</sup> “Designam-se por pontos sensíveis as povoações e instalações importantes, certos pontos vitais das vias de comunicação e mesmo determinados acidentes de terreno” (EME, 1966).



A missão de proteção de itinerários, destinava-se a proteger as forças de emboscadas do inimigo e garantir condições de segurança. Caracterizava-se por três tipos de ações: uma defesa fixa (temporária ou permanente) de pontos vitais nas vias de comunicações, uma vigilância móvel de troços entre pontos vitais e escoltas a colunas. De salientar, que as viaturas para escoltas eram preparadas para rapidamente reagir a qualquer ameaça. Nas operações de vigilância, conforme a Figura 2 podemos constatar que eram planeados diferentes movimentos táticos das colunas de forma a evitar rotinas nas vigilâncias. Na Figura 3, podemos verificar toda a manobra a realizar no caso de uma Emboscada.



**Figura 3 - Patrulha de Vigilância**  
Fonte: (EME, 1966)



**Figura 2 - Reação contra uma Emboscada**  
Fonte: (EME, 1966)

Por sua vez, as operações ofensivas destacavam-se principalmente, as ações de limpeza (de uma zona ou de uma povoação), os golpes de mão e as emboscadas.

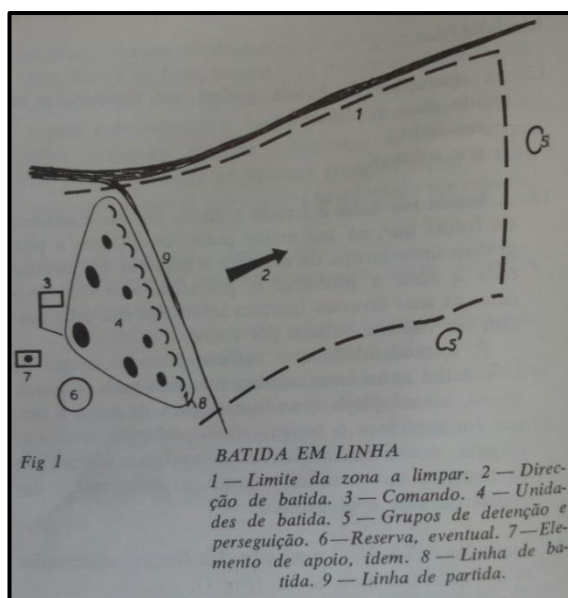
A limpeza de uma zona, caracteriza-se por ser a única das ações ofensivas que realmente é decisiva, pois a sua finalidade “é expulsar, aprisionar ou aniquilar a totalidade dos elementos rebeldes e seus simpatizantes e destruir todas as suas instalações e meios de combate e vida, numa dada zona.” (EME, 1966). A limpeza de zona era executada de duas maneiras: por uma batida ou por uma operação de cerco, ou mesmo pela combinação das duas.

As operações de batida são operações de limpeza de uma zona previamente delimitada onde se sabe da existência de ameaça, com a finalidade de capturar pessoal e/ou material, de flagelar elementos da ameaça ou de intimidar/controlar elementos da população. Estas operações eram conduzidas nas modalidades de linha ou coluna. Nesta operação as forças progrediam e manobravam de forma, a que houvesse sempre



sobreposição de setores de tiro. A parte da ameaça que retirasse era perseguida pelas forças preposicionadas.

As operações de Cerco são ações de limpeza a uma zona previamente delimitada, onde são dispostas forças de forma a impedir que a ameaça possa escapar ou ser apoiada do exterior dessa zona. Nos dois tipos de ações, as forças no terreno manobravam de modo a conseguir uma posição de vantagem para destruir a ameaça. À semelhança das operações de batida (ver Figura 4), também aqui havia a possibilidade de se dar início a uma perseguição e de as forças dispostas no cerco serem apoiadas por unidades aeromóveis e/ou aerotransportadas.



**Figura 4 - Batida em Linha**

Fonte: (EME, 1966)

A limpeza de uma povoação era executada em povoações relativamente pequenas, e onde se conhecia a existência de elementos rebeldes. Caracterizava-se pelo estabelecimento de um cerco e uma atuação no interior da povoação.

O golpe de mão tinha como principal princípio a surpresa e caracterizava-se por um deslocamento efetuado no maior segredo até às proximidades do objetivo e num ataque fulminante. Tinha como finalidades o aniquilamento ou captura de elementos chaves, destruição de instalações da ameaça e recolha de informação.

As emboscadas caracterizadas também pelo princípio da surpresa consistiam na instalação dissimulada de um dispositivo adequado, num determinado local escolhido, onde se detém e ataca a ameaça (ver Figura 5).

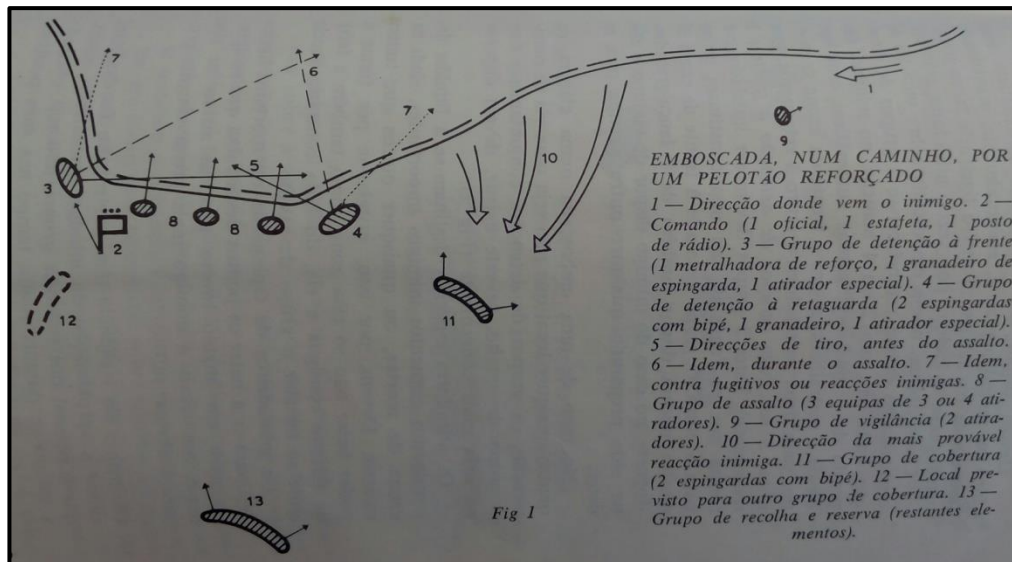


Figura 5 - Emboscada num caminho

Fonte: (EME, 1966)

Os patrulhamentos, não consideramos somente operação ofensiva, porque permitiam além da obtenção de informação, hostilizar o inimigo através de “pequenas ações de aniquilamento ou captura de elementos rebeldes encontrados pelas patrulhas” (EME, 1966).

A Engenharia tinha um papel fulcral no apoio à tarefa de mobilidade e contra mobilidade, no que concerne à desobstrução, reparação, melhoramento, construção e conservação de vias de comunicação.

### 1.3.A Função de Combate Movimento e Manobra

O PDE 3-00 *Operações* define os conceitos de *Função de Combate* e o conceito de função de combate *Movimento e Manobra*. Uma função de combate é um conjunto de tarefas e sistemas que cumprem uma finalidade comum e ao dispor do comandante gera potencial de combate (Exército Português, 2012).

A função de combate *Movimento e Manobra* pretende alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo através da movimentação de forças (*Movimento*) combinada com fogo para alcançar uma posição de vantagem (*Manobra*). Esta função de combate inclui as tarefas de Projeção de forças, Manobra, Movimentos táticos, Fogo direto, Ocupação de Zonas de Reunião, Mobilidade e Contramobilidade, e Obscurecimento do Campo de Batalha (Exército Português, 2012). Embora não especificamente definida na PDE 3-00, a tarefa Pesquisa de Informação também é uma tarefa do *Movimento e Manobra* visto que esta tarefa integra o parágrafo referente às instruções de Movimento e Manobra



do modelo atual em vigor da Ordem de Operações<sup>2</sup>. Esta tarefa também surge na doutrina de outros países sob o nome de *Condução de Reconhecimento e Vigilância*, enunciada no *ADRP 3-0 Unified Land Operations* (Exército dos EUA, 2016).

#### 1.4. Modelo de Análise

Para se atingir o objetivo geral, definiu-se a pergunta de partida e perguntas derivadas que permitam responder aos objetivos específicos formulados. Cada pergunta derivada é respondida ao longo dos capítulos seguintes. Esta correspondência é esquematizada na Figura 6.

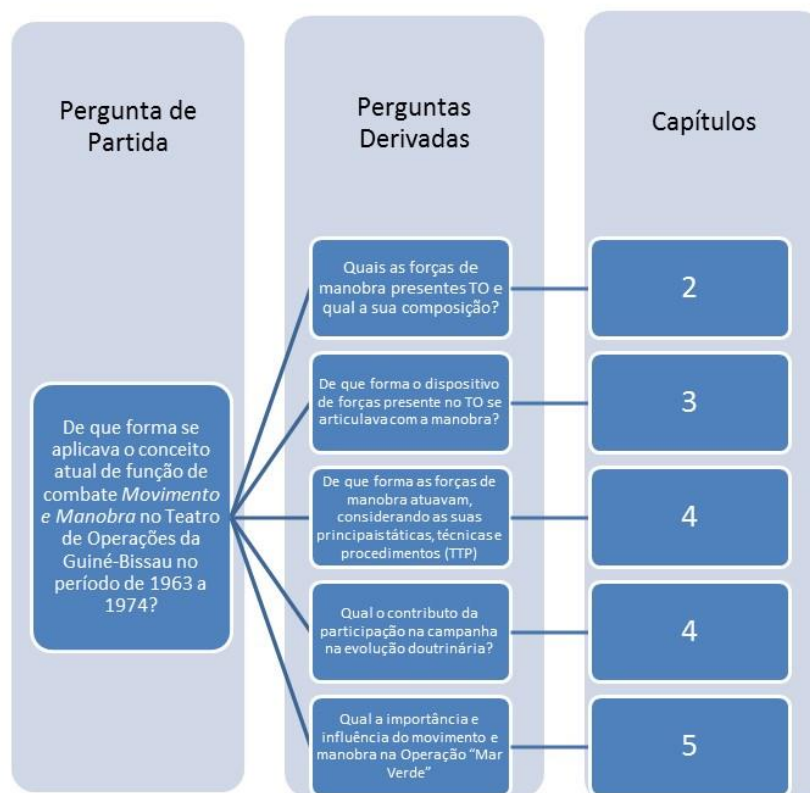
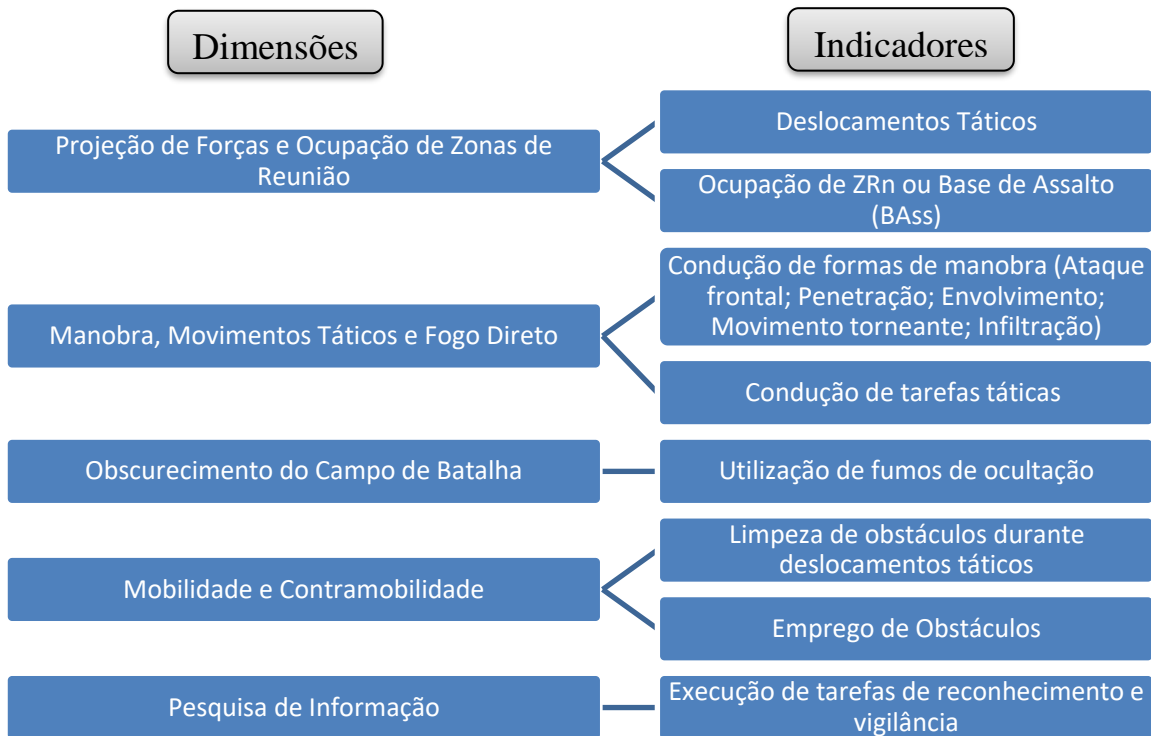


Figura 6 - Associação entre Pergunta Derivada, Perguntas Derivadas e Capítulos

Tendo por base a metodologia de Quivy & Campenhoudt (2008), o modelo de análise foi construído dividindo o objeto de estudo em dimensões. As dimensões e indicadores são referidos na Figura 7.

<sup>2</sup> PDE 5-00 atualmente em revisão, revogando o PDE 5-00 de agosto de 2007



**Figura 7 - Dimensões e Indicadores do Modelo de Análise**



## 2. Caraterização das forças de manobra no Teatro de Operações

*“A guerra é de facto uma coisa má. Mas existe algo ainda pior do que a guerra: é perdê-la”*

Brandão Ferreira

### 2.1. Tipos de força

A clandestinidade, a rusticidade, a mobilidade e fluidez foram as principais características que as forças portuguesas enfrentaram no TO da Guiné (Afonso & Gomes, 2000, p. 106). No entanto, ao contrário de Angola, dois anos antes, as FFAA portuguesas já não são apanhadas desprevenidas no novo TO, pois o início do conflito tornara-se, de há muitos meses uma realidade próxima. Porém, neste novo cenário, os rebeldes encontram-se num estágio de organização muito superior, com elevado vigor nas ofensivas levadas a efeito, o que acabou por surpreender as nossas forças e provocar a desorientação junto do Comando Português (Melo, 1988, p. 104).

Relativamente à análise genérica das nossas forças, transparece claramente uma malha de ocupação bastante densa em quase todo o território. A ação militar, assentava numa quadrícula de forças terrestres que ocupava a totalidade das regiões, destinadas a garante-lo, a estabelecer e manter contacto com a população (Vaz, 2003, p. 17).

Para aplicação do novo conceito de organização e para se materializar a ocupação do maior espaço possível do território, procedeu-se à descentralização do dispositivo operacional com setores de Batalhão, subsetores de Companhia e Destacamentos de Pelotão, ou mesmo de Secção (Bacelar, 2000, p. 85).

A quantidade de batalhões que constituíam cada setor era variável conforme a situação, assim como as unidades de Apoio e de Serviços. Para dar resposta a determinadas situações particulares, foi necessário utilizar outro conjunto de unidades, de forma a levar a efeito ações ofensivas, libertas do ónus de garantir a segurança do setor e capazes de obter êxito. Esta função quase exclusivamente foi atribuída às Forças Especiais (Comandos, Paraquedistas e Fuzileiros), que inicialmente eram empregues em unidades escalão Companhia e posteriormente passaram a ser utilizadas em escalão Batalhão (Afonso & Gomes, 2000, p. 149).

De forma a enfrentar as sublevações do conflito, a doutrina portuguesa teve de abandonar os requisitos e padrões de desempenho da OTAN. Uma das medidas que impuseram desde o princípio, foi a decisão de confiar ao Batalhão de Infantaria, dotado de



combate e de apoio de serviços, um papel preponderante nas atividades de Contrassubversão. O emprego de unidades blindadas, pelo contrário, foi eliminado à partida, dadas as dificuldades de progressão com que se iriam deparar, bem como o seu elevado custo e vulnerabilidades. De igual forma a Artilharia excepcionalmente foi utilizada nos moldes clássicos, de entre as missões típicas que lhe foram confiadas, devem destacar-se como mais frequentes as ações de assalto por forças terrestres e as ações de apoio de fogos a estacionamento das nossas tropas quando atacadas. Pode afirmar-se que uma parte substancial das unidades de Artilharia e de Cavalaria atuou em moldes idênticos aos das unidades de Infantaria, cumprindo o mesmo tipo de missões (Vaz, 2003, p. 17).

Por conseguinte, às unidades de Caçadores aplicavam-se as mesmas matrizes de atuação das unidades de Cavalaria e Artilharia, tendo atribuídas principalmente missões de quadricula, situação que implicava responsabilidade direta por uma zona de ação. Contudo, verificou-se que algumas destas unidades foram empregues como reserva de comandos superiores, com participação em ações de intervenção em zonas de ação de outras unidades (Afonso & Gomes, 2000, p. 97).

Contata-se desta forma, que as forças portuguesas conduziram uma guerra essencialmente defensiva, assente no vetor da ação militar, guerra menos virada para a conquista das populações e mais para a manutenção de posições no terreno, limitando-se de uma forma geral a reagir (Afonso & Gomes, 2000, p. 102).

Ao longo de 11 anos em que durou o conflito na Guiné, verificou-se um reforço aos efetivos operacionais no Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG), bem como nítidas alterações no dispositivo, consequência não apenas do acréscimo de efetivos, mas também de um melhor conhecimento da situação do Inimigo.

## **2.2. Potencialidades e vulnerabilidades**

O dispositivo do Exército na Guiné foi sofrendo profundas remodelações, o emprego dos batalhões em quadrícula permitia maior capacidade de manobra aos Comandantes nas missões atribuídas, o que possibilitava ter ocupação e cobertura de área com as unidades disseminadas ao longo de todo o TO.

Face à necessidade constante de um elevado número de efetivos e com a intenção de minimizar a insuficiência de tropas metropolitanas, foi efetuado um aproveitamento judicioso das mesmas, no apoio à instrução das forças de recrutamento local e, ao mesmo tempo, na melhoria da capacidade operacional (Afonso & Gomes, 2000, p. 185). O



recrutamento local foi sempre crescente, destacando-se um aumento nos anos de 1971 a 1973 (ver Figura 8).

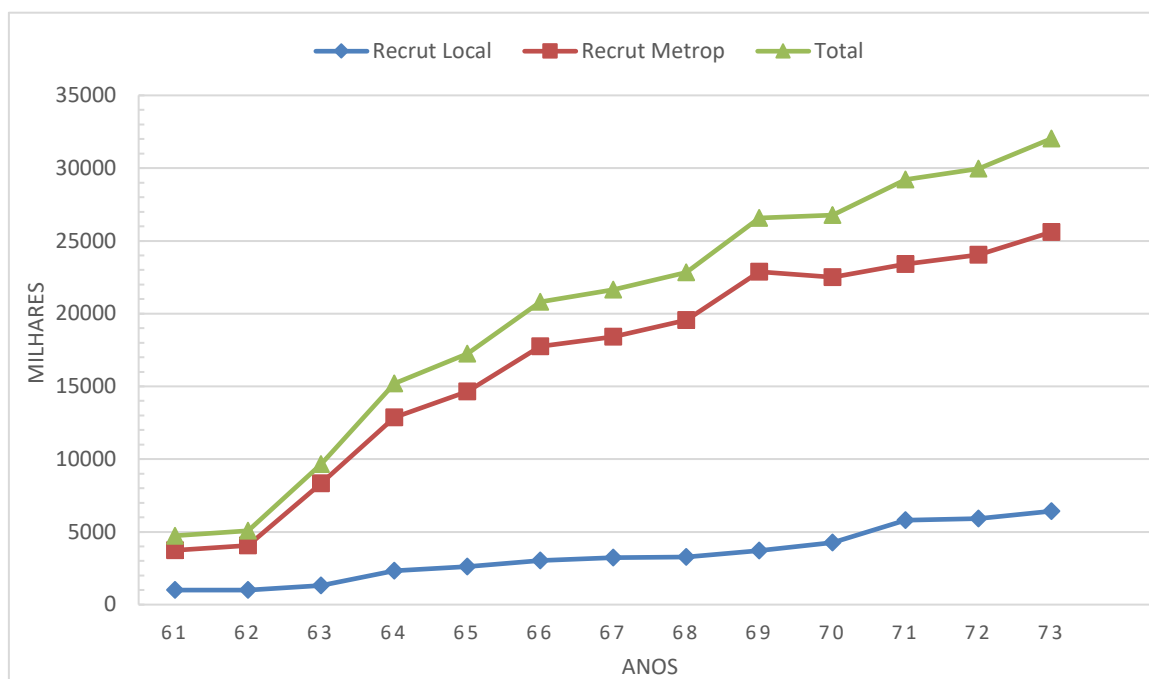


Figura 8 - Efetivos na Guiné, de 1961 a 1973

Fonte: (Bacelar, 2000)

De realçar a capacidade de adaptação das unidades de Cavalaria e Artilharia, que haviam sido organizadas e equipadas segundo a doutrina OTAN, para uma guerra convencional, de se tornarem semelhantes às unidades de Infantaria no que concerne à execução de missões, perdendo algumas características que as distinguiam entre si e que teve como principal consequência a sua «Infantarização» (Afonso & Gomes, 2000, p. 392). Desta forma, as unidades de Artilharia e Cavalaria foram utilizadas como unidades de manobra, pois atuavam como a Infantaria.

Como vulnerabilidades no Movimento e Manobra destaca-se a influência que o meio físico (terreno e clima) impunha nas Operações, limitando as mesmas até ao máximo de quatro dias. Paralelamente, muito raramente conseguiram obter o fator surpresa nas aproximações terrestres sendo na maior parte das vezes surpreendidos, devido à inexistência de acidentes naturais, que por conseguinte, levava a que as forças portuguesas em operações, se encontrassem muitas vezes a descoberto e em lenta travessia (Afonso & Gomes, 2000, p. 99).

A extensão da fronteira terrestre, a característica alagadiça de grande parte dos terrenos e um inimigo bem armado e eficientemente enquadrado, obrigava a uma



densidade de ocupação militar mais elevada nas zonas fronteiriças e no espaço mais interior. A ocupação maciça da fronteira, conduzia a que as nossas unidades ficassem mais vulneráveis aos ataques desencadeados pelo inimigo, mais concretamente a bombardeamentos efetuados a média ou longa distância, sem possibilidade de resposta adequada, em virtude da interdição de não se fazerem infiltrações em território estrangeiro (Bacelar, 2000, p. 112).

As ações de contraguerrilha obrigavam a movimentos contantes por parte das nossas forças para a execução de ações táticas, apeadas ou em viaturas. A utilização de itinerários, estava condicionada à facilidade com que os guerrilheiros, neles podiam utilizar minas, quer de forma isolada ou conjugadas com emboscadas. Ao longo do conflito verificaram-se algumas melhorias, para efetuar os movimentos era necessário dispor de viaturas blindadas, situação pouco frequente devido à sua escassez, mas que acabou por ser minimizada através do improvisado de proteções contra o emprego de minas (Afonso & Gomes, 2000, p. 292).

A mobilidade tática da força consegue-se essencialmente à custa de aligeiramento do equipamento, meios de transporte adequados ao meio e à região em combate e ao poder de ser apoiada oportunamente. A situação do armamento e viaturas na Guiné era extremamente crítica, que acabou por ter consequências na perda de mobilidade e grande parte das possibilidades das tropas, bem como na vedação a determinados tipos de atuação (EME/CECA, 2015, p. 55).

A perda de supremacia aérea<sup>3</sup>, com o aparecimento dos mísseis antiaéreos, apanhou de surpresa os militares portugueses, obrigando-os a estudar a nova ameaça presente e a forma de a poder minimizar. Foi mais um fator limitador do movimento e manobra das forças terrestres no âmbito da escassez de apoio aéreo (Afonso & Gomes, 2000, p. 103).

---

<sup>3</sup> No dia 25 de março de 1973, o PAIGC abate um avião Fiat G-91, com o míssil Strela, tendo representado desde então o fim da supremacia aérea das forças portuguesas na Guiné. Facto também referido na entrevista ao Cor Tir Inf ‘Cmd’ Raúl Folques.



### 3. Análise do dispositivo

*"Os que ignoram as condições geográficas - montanhas e florestas - desfiladeiros perigosos, pântanos e lamaçais - não podem conduzir a marcha de um exército."*

Sun Tzu

Neste capítulo foi efetuada uma análise ao dispositivo das forças Militares, assim como à organização das forças de manobra para o combate no TO da Guiné ao longo do conflito.

#### 3.1. Organização das forças de manobra para o combate

No início do conflito na Guiné, não existiam batalhões de caçadores completos, sendo projetados para o TO os comandos de batalhão, comandados por majores, para enquadrar as companhias de várias Armas, os pelotões de caçadores independentes e restantes unidades no TO. Apenas em 1963 é que as unidades projetadas para a Guiné passaram a ter uma composição semelhante ao TO de Moçambique e de Angola (EME/CECA, 1989, p. 62).

Ao longo do conflito foi dado maior ênfase às unidades de Infantaria, por estas serem mais baratas e tecnicamente menos exigentes. Assim, as unidades de Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Transmissões tinham um emprego mais comedido, sendo empregues conforme as possibilidades e não com as necessidades (Afonso & Gomes, 2000, p. 85).

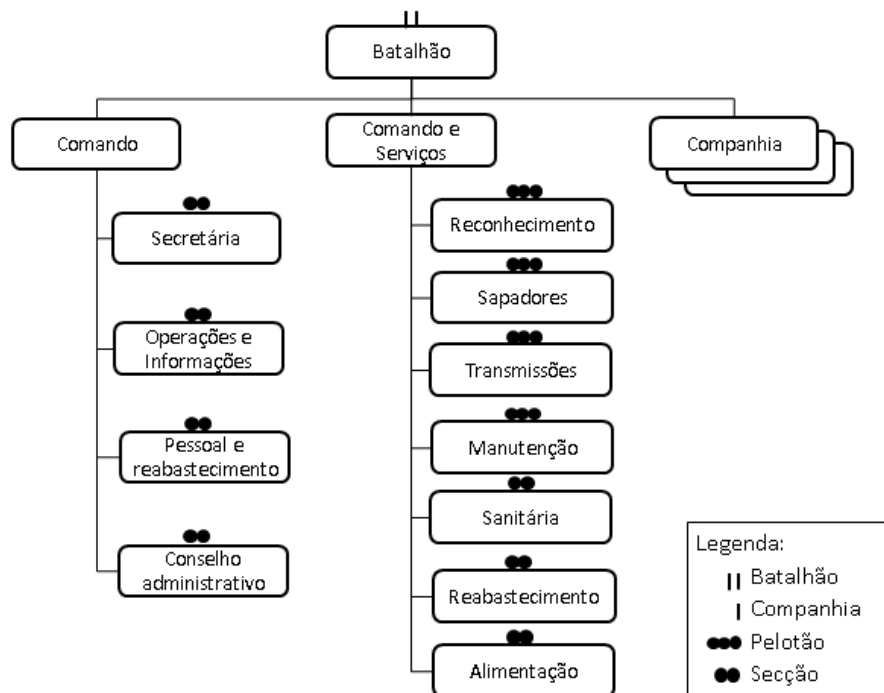
Assim, o Exército organizava as suas unidades com base em infantaria ligeira, caçadores, que se organizavam em companhias de caçadores, que por sua vez eram agrupadas em batalhões, unidade tipicamente de comando operacional e administrativo destas ao longo do conflito. (Afonso & Gomes, 2000, p. 85).

Uma companhia de caçadores era organizada em quatro grupos de combate, caracterizava-se pela sua elevada autonomia, quer em deslocamentos quer em combate e contava com cerca de 170 efetivos (Afonso & Gomes, 2000, p. 15).

Quando comparados as forças de Caçadores com as de Infantaria, os batalhões de Caçadores dispunham de menor efetivo e armamento, pois apenas dispunham de quatro companhias, uma de comando e serviços e três de caçadores, não contando com a companhia de apoio de combate com morteiros, metralhadoras e armas anticarro. Ver Figura 9.



Contudo, as companhias de caçadores contrabalançavam com as homólogas de infantaria, uma vez que dispunham de quatro grupos de combate todos com armas pesadas. Um grupo resultava da fusão de meios de um pelotão de caçadores com meios do pelotão de acompanhamento (armamento pesado) (Afonso & Gomes, 2000, p. 97).



**Figura 9 - Organograma de um Batalhão de Caçadores em 1961**

Fonte: Adaptado de (Afonso & Gomes, 2000)

No que diz respeito aos Comandos, a organização típica de um grupo de Comandos assentava em cinco equipas, cada qual a cinco elementos, facto último que se manteve ao longo de todo o conflito. As equipas iam desde o comando, às equipas de manobra e de apoio. As companhias de Comandos podiam ser caracterizadas em dois tipos, as ligeiras e as pesadas. As companhias ligeiras eram constituídas por um total de cerca de 80 efetivos, organizados em quatro grupos de comandos. Estas, derivada à sua diminuta componente de apoio de serviços, tinham pouca autonomia sendo utilizadas maioritariamente para reforçar as unidades de quadricula, que lhe garantiam este tipo de apoio. Assim, constituíam-se como forças de intervenção (Folques, 2017) dessas unidades de quadricula, dando ênfase à sua elevada flexibilidade e mobilidade. As companhias pesadas, por sua vez, tinham um efetivo superior, cerca de 125 homens na vertente de combate, organizados em cinco grupos, somando ainda um efetivo de 80 homens na vertente do apoio de serviços, como o apoio sanitário, transporte e comunicações (Afonso & Gomes, 2000, p. 201).



Fruto do processo de africanização do conflito surgiram as Forças Auxiliares (Cann, 2005, p. 115). Estas forças, segundo Afonso e Gomes (2000, p. 87), normalmente ficavam na dependência do Exército e eram caracterizadas pela sua elevada adequação e proveitoso conhecimento do meio. Assim, estas forças foram ganhando cada vez mais relevância ao longo do conflito, substituindo as forças metropolitanas em missões de reconhecimento e de combate.

Na Guiné e no Exército, segundo Cann (2005, p. 117 e 118), estas forças podiam ser tipificadas como Milícias Normais, Milícias Especiais e Comandos Africanos. As Milícias Normais tinham como missão principal tarefas de cariz defensivo, na proteção da população, ficando sob controlo operacional do comandante operacional local. As Milícias Especiais, por sua vez, eram utilizadas em operações ofensivas de contraguerrilha, longe das localidades. Os Comandos Africanos resultavam do recrutamento local, por parte dos Comandos, eram constituídas apenas por africanos (Folques, 2017), sendo que no final do conflito existiam, na Guiné, três companhias de Comandos Africanos com cerca de 125 militares cada.

### **3.2. Dispositivo no Terreno**

Na campanha da Guiné, a par dos outros TO, foi empregue o conceito de quadrícula na organização territorial das forças militares. Este conceito, empregue primariamente pelo Exército francês na Argélia no combate à insurreição, compreendia a cooperação total, aos mais variados níveis, entre forças militares, forças policiais e a administração civil (Cann, 2005, p. 84).

Contudo, e segundo o mesmo autor (2005, p. 87), o dispositivo de forças de quadrícula aportava vários inconvenientes. O primeiro prendia-se com a necessidade de um elevado efetivo para a ocupação efetiva da referida quadrícula, e o segundo, decorrente da afetação das forças à quadrícula, e conseqüentemente ao aquartelamento, era a diminuição do espírito ofensivo das tropas.

Na Guiné, o dispositivo das forças caracterizava-se por um adensamento da ocupação militar na maioria do território. Este facto devia-se sobretudo a dois fatores: a reduzida dimensão do território, que possuía extensas fronteiras terrestres de fácil deslocação, para dentro e fora do TO, por parte dos grupos inimigos e às características do terreno que era grandemente recortado por rios e canais, influenciados pelas marés, o que por vezes, aumentava significativamente as distâncias entre guarnições supostamente próximas (EME/CECA, 1989, p. 57).



No que diz respeito à integração entre a estrutura militar e a civil, segundo Cann (2005, p. 89 e 90), no TO da Guiné, Portugal adotou um sistema unipolar. Este sistema, caracterizado pela unidade de comando na responsabilidade das funções militares e civis, era tido como o ideal para a contrassubversão. Assim, e com o objetivo de melhorar sinergias e a própria coordenação das atividades entre estas duas estruturas, os comandos militares e as subdivisões políticas eram equiparados da seguinte forma:

- ✓ Província – Região Militar ou Comando Territorial Independente;
- ✓ Distrito – Comando Territorial ou Comando Militar;
- ✓ Concelho ou Circunscrição – Comando Militar ou unidade tipo batalhão;
- ✓ Postos, Freguesias ou Aldeias – Subunidades ou destacamentos.

Assim, a divisão do TO em zonas de operações teve em conta vários aspetos, sendo o terreno o mais preponderante, também aspetos étnicos e religiosos assim como a posição dos países vizinhos face ao conflito. Deste modo, foram estabelecidas três zonas de operações, Zona Oeste, que englobava Bissau, Zona Sul e Zona Leste (Afonso & Gomes, 2000, p. 98).

Referente à organização das forças, no início do conflito e até meados de 1968, ano de chegada do novo Comandante-Chefe, o General Spínola, ao TO da Guiné, a ocupação do território é feita por forças organizadas segundo uma hierarquia tradicional:

- ✓ Comando-chefe;
- ✓ Comando-militar;
- ✓ Zonas militares (Cmd Agrupamento);
- ✓ Setores (Cmd Batalhão);
- ✓ Subsetores (Cmd Companhia);
- ✓ Destacamentos (Cmd Pelotão/Secção).

(EME/CECA, 1989, p. 58)

Deste modo, à data de 08Ago62 existiam quatro zonas de ação de batalhão (ver Figura 10) (EME/CECA, 1989, p. 61).

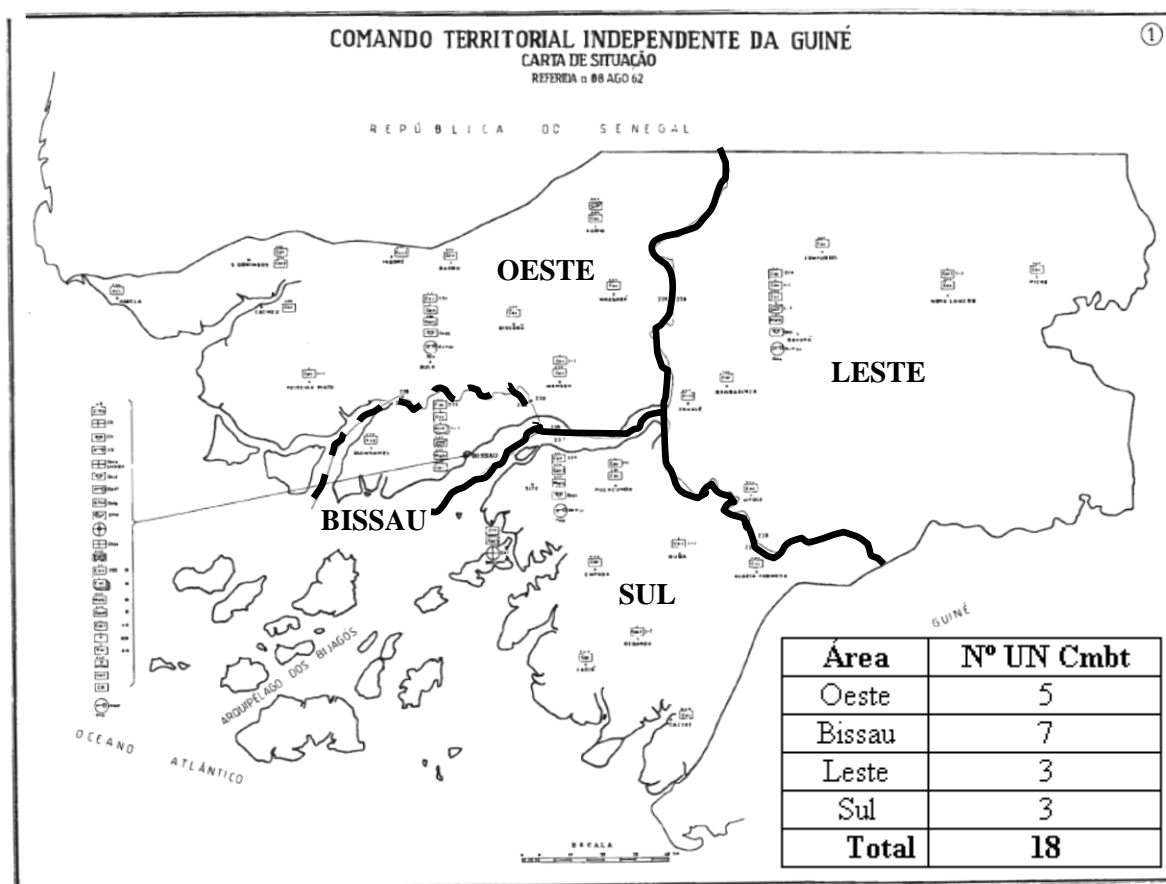


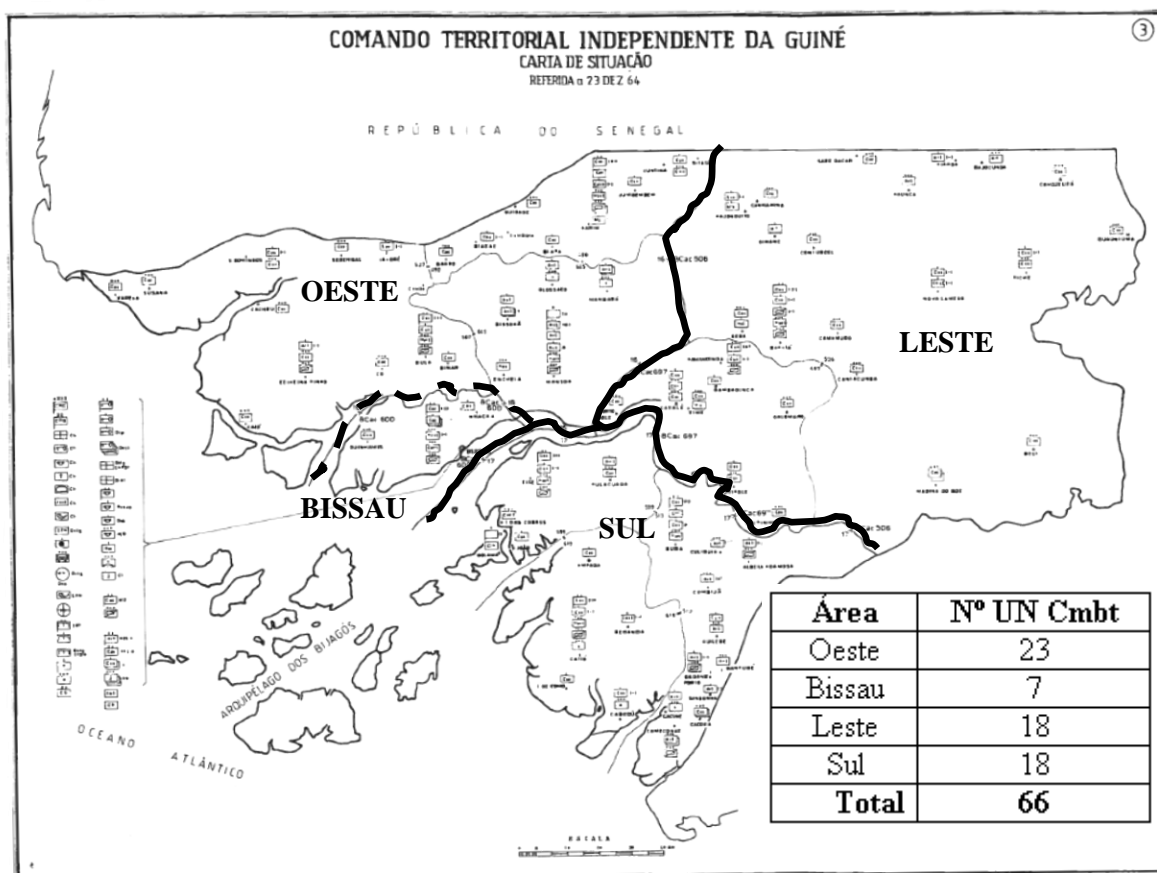
Figura 10 - Dispositivo Operacional em 08Ago62

Fonte: Adaptado de (EME/CECA, 1989)

Em 19 de Março de 1963 foi criado o Comando-Chefe e reforçado o dispositivo militar para fazer face ao escalar das ações violentas ocorridas recentemente no TO, constatando-se um incremento da Zona de Ação com especial atenção ao Sudoeste e Norte do território. É de referir que neste período a maioria dos destacamentos de pelotão passam a ser de companhia e que foram também criados outros de pelotão (EME/CECA, 2015, p. 65).

O ano de 1964 é marcado por um forte incremento do efetivo e alterações ao dispositivo, sendo que foram criados dois comandos intermédios que assumiram responsabilidades pelas duas zonas mais sensíveis do TO o Oeste e o SUL.

Assim, a Oeste, o CmdAgr16 com 3 setores de batalhão e o setor do batalhão de Bissau; a Sul, o CmdAgr17 com 3 setores de batalhão; a Leste com dois setores de batalhão (ver Figura 11) (EME/CECA, 2015, p. 69).



**Figura 11 - Dispositivo Operacional em 23Dec64**  
Fonte: Adaptado de (EME/CECA, 1989)

Em finais de 1968, com a nomeação do novo Comandante-Chefe do TO, surgem as grandes alterações quer ao dispositivo, quer aos modos como eram atribuídas as responsabilidades pelos vários escalões hierárquicos, adotando um conceito de centralização das decisões. Surgem assim os Comandos Operacionais (COP) que tinham uma finalidade somente operacional, e que sob dependência direta do Comandante-Chefe, visavam dinamizar a ação operacional em determinadas áreas.

Os comandos de agrupamento de Oeste e Sul desaparecem com a integração dos respetivos COP e os batalhões passam a ser independentes e responder, também estes, diretamente ao Comandante-Chefe.

A divisão do TO em 04 de dezembro de 1968 era a seguinte (ver Figura 12):

- ✓ Oeste, com o COP3, e com 6 setores de batalhão;
- ✓ Leste, 1 CmdAgr, com 4 setores de batalhão;
- ✓ Sul, com o COP1 e o COP2, e com 3 setores de batalhão;
- ✓ Bissau, CmdAgr com 1 setor de batalhão.



(EME/CECA, 2015, p. 87 e 88)

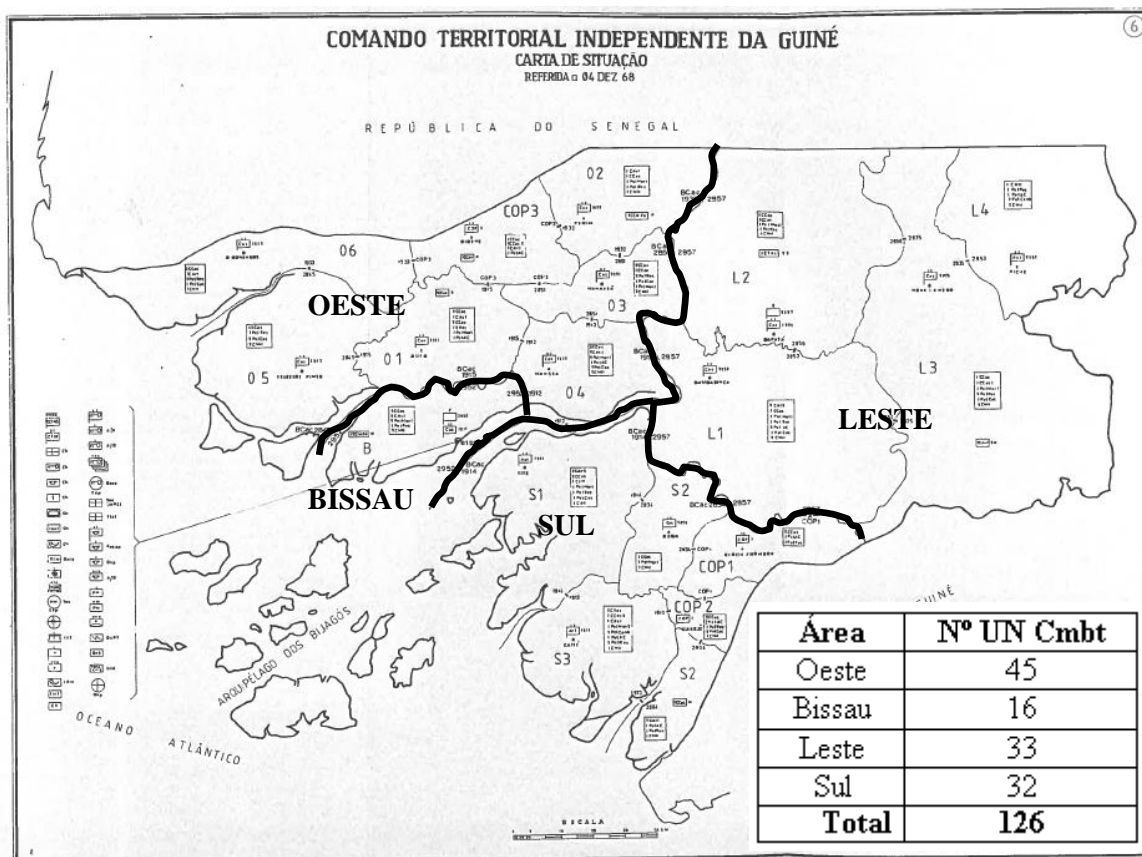


Figura 12 - Dispositivo Operacional em 04Dec68

Fonte: Adaptado de (EME/CECA, 1989)

No período que decorre até agosto de 1969 decorrem sobretudo alterações no que diz respeito à organização dos meios operacionais, mantendo o dispositivo e as áreas do TO sem alterações.

Por diretiva do Comandante-Chefe, de 27 de fevereiro desse ano, o CTIG passou a ter apenas responsabilidades em assuntos relacionados com os comandos das armas, chefias dos serviços e ainda com assuntos das 1ª e 4ª repartições do quartel-general, deixando de ter influência direta na conduta operacional.

Foi criado um comando de agrupamento operacional (CAOP) muito semelhante aos comandos de agrupamentos.

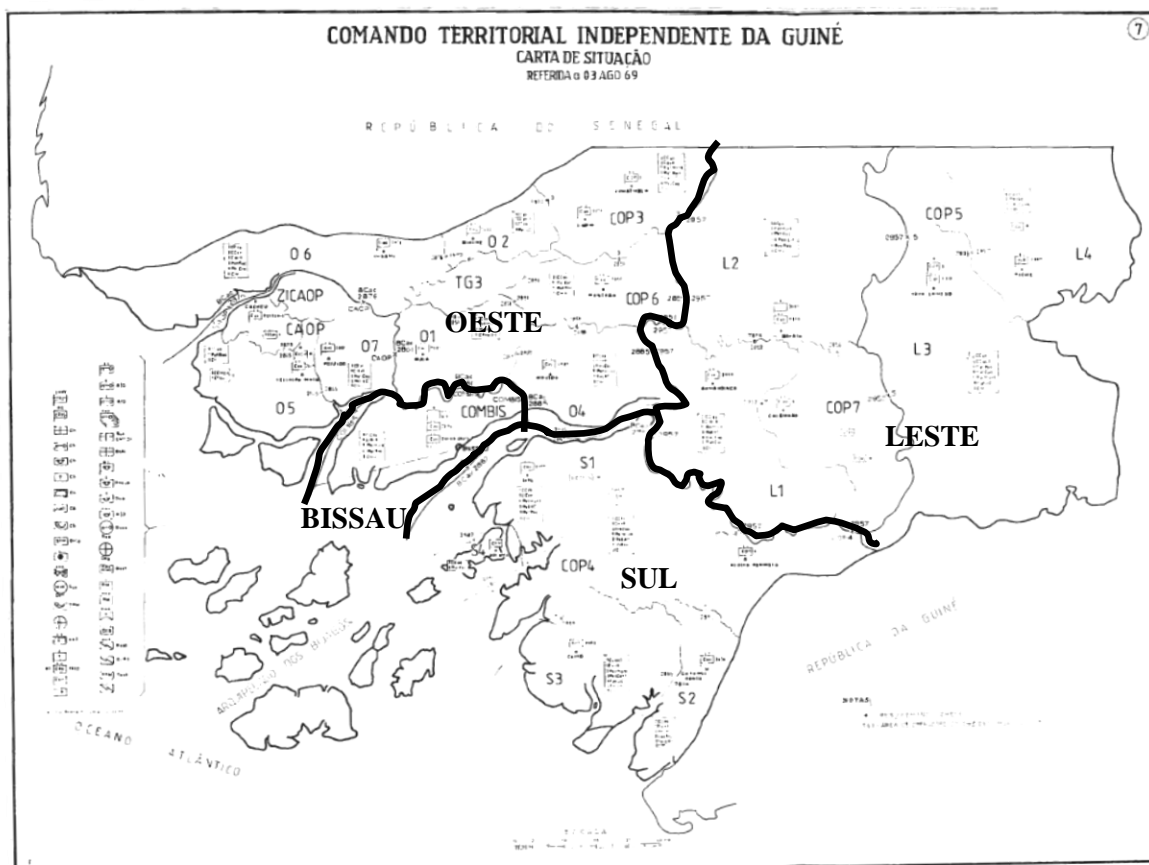
Outra novidade que surgiu nesta data foi o aparecimento da Zona de Intervenção do CAOP (ZICAOP). Esta zona caracterizava-se por não possuir forças de quadrícula e toda a atividade que nela ocorria ser diretamente coordenada pelo CAOP.

A divisão do TO em 03 de agosto de 1969 era a seguinte (ver Figura 13):



- ✓ Oeste, com 1 CAOP, com 3 setores de batalhão, 4 setores de batalhão, o COP3, o COP6;
- ✓ Leste, 1 CmdAgr, com 2 setores de batalhão e o COP7, o COP5, com 2 setores de batalhão;
- ✓ Sul, com 4 setores de batalhão e o COP4;
- ✓ Bissau, CmdAgr com 1 setor de batalhão.

(EME/CECA, 1989, pp. 93, 94 e 95)



**Figura 13 - Dispositivo Operacional em 03Ago69**

Fonte: Adaptado de (EME/CECA, 1989)

Com a diretiva 70/69 de 18 de agosto do Comandante-Chefe, o TO ficou dividido em zonas, setores e subsetores. As zonas são as quatro grandes áreas que até aqui vinham a ser tratadas, Oeste, Leste, Sul e agora a zona de Bijagós. Existia ainda a área de responsabilidade do Comando de Bissau (COMBIS) (ver Figura 14).

As zonas podiam ser divididas em setores atribuídos a Cmd de batalhão ou a COP, os setores, por sua vez, eram divididos em subsetores de Companhia ou de destacamento.



No que diz respeito aos Cmd Agr e aos CAOP, estes podiam englobar diferentes zonas, setores ou subsetores, surgindo ainda os comandos temporários os de agrupamento (CAT) e os operacionais (COT).

Com a evolução do conflito e a primazia conferida à manobra socioeconómica, o dispositivo sofreu alterações no sentido de otimizar os recursos existentes, assim surgem as zonas de intervenção do Comando-Chefe (ZICC), que não eram mais do que zonas desabitadas ou pouco habitadas que foram desocupadas por forças militares (EME/CECA, 1989, p. 99 e 100).

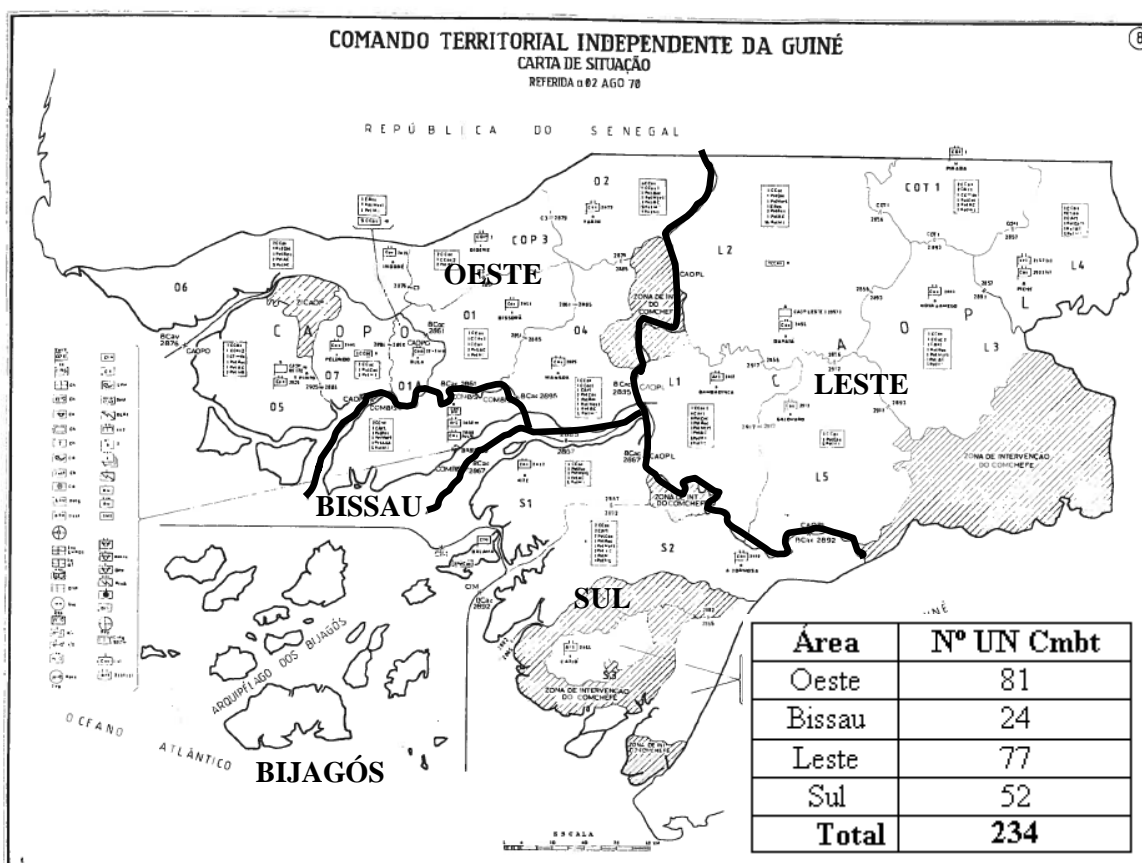


Figura 14 - Dispositivo Operacional em 02Ago70  
Fonte: Adaptado de (EME/CECA, 1989)

Até à data de abril de 1974 acontecem algumas alterações no que diz respeito à organização de comando das forças, sendo criados o CAOP 1 a Sul, o CAOP 2 a Leste e a Oeste o COT 9. Deste modo a esta data pode-se verificar (ver Figura 15):

- ✓ O dispositivo do TO mantém constituídas ZICC;
- ✓ O TO que continua dividido em cinco zonas: Oeste, Leste, Sul, Bijagós e Bissau;
- ✓ A nível de órgãos de comando sob dependência direta do Comando-Chefe existem, o Centro de Instrução Militar em Bijagós, o COMBIS em Bissau, o



CAOP 2 a Leste que representam o próprio comando das respetivas zonas, a Oeste o COT 9 e os setores 02, 05, 06, 07 e COP 3, a Sul o CAOP 1 e o setor S1. (EME/CECA, 1989, p. 109 e 110)

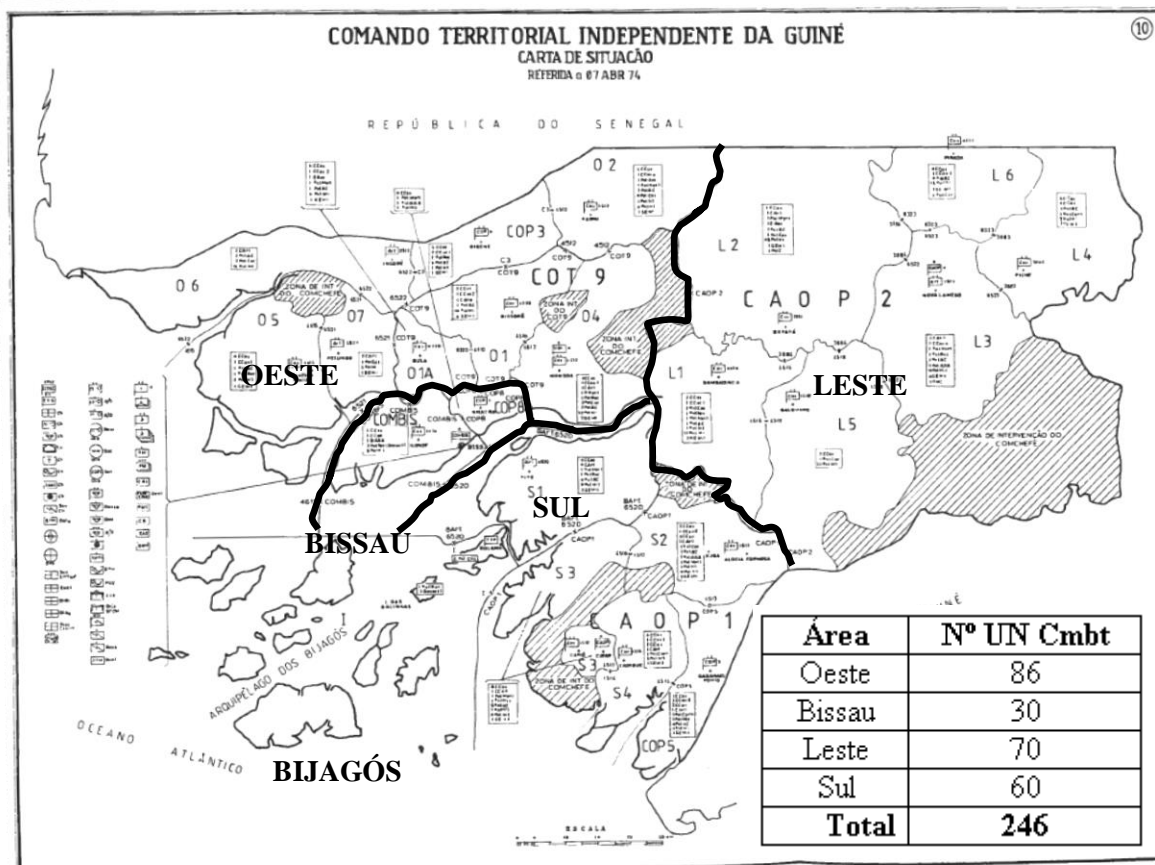


Figura 15- Dispositivo Operacional em 07Abr74

Fonte: Adaptado de (EME/CECA, 1989)

Concluindo, e segundo (Bacelar, 2000), do conflito da Guiné, no que diz respeito ao dispositivo e organização das forças, podem-se retirar várias ilações. A primeira foi que derivado da elevada permeabilidade da fronteira, o dispositivo adotado foi muito descentralizado, assente numa lógica de ocupar o maior território possível. Outra conclusão, foi o facto de ter ocorrido um aumento progressivo do efetivo/escalão das unidades ao longo do conflito (ver Figura 16), primeiramente junto das fronteiras e posteriormente no interior do TO. Além destas, constatou-se que a partir de 1968, com a chegada do novo Comandante-Chefe ao TO, a estrutura operacional sofreu alterações significativas, dando maior ênfase à manobra sócio económica. Assim, centralizaram-se as atividades operacionais no Comando-Chefe e limitou-se o Comando Territorial a assuntos de cariz administrativo e logístico, foram constituídos vários tipos de COP, alguns



temporários e outros com missões específicas, e ainda foram criadas as Zonas de Intervenção em regiões desabitadas ou de menor densidade populacional.

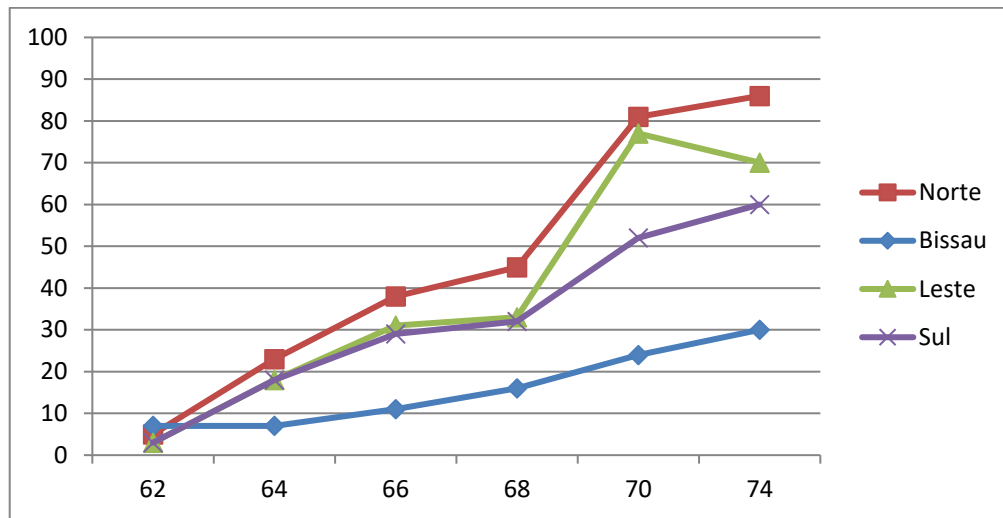


Figura 16 - Evolução número de Unidades de Combate por Áreas de 1962 a 1974  
Fonte: Adaptado de (Bacelar, 2000)



#### 4. Análise do Movimento e Manobra

*“A manobra contribui para a liberdade de ação  
e reduz as próprias vulnerabilidades”*

Sun Tzu

Neste capítulo, pretende-se efetuar uma análise às diferentes tipologias de ações táticas aplicadas pelas forças portuguesas no TO da Guiné, face à função de combate Movimento e Manobra.

Da análise dos diferentes indicadores e dimensões, podemos constatar como já foi referido no primeiro capítulo, que o Exército no início das campanhas teve que reescrever a doutrina que aplicava na altura, muito influenciada pela doutrina da OTAN. Para tal, baseou-se na doutrina de países que atuavam em teatros semelhantes.

Como se pode observar nos manuais de Guerra subversiva publicados a partir de 1961<sup>4</sup> e que foram sendo atualizados até 1966, a doutrina nacional foi sendo atualizada e testada com os contributos das forças nos diferentes TO das campanhas em África, onde o TO da Guiné devido à particularidade do próprio TO e organização do inimigo, muito contribuiu para o desenvolvimento da doutrina.

##### 4.1. Caracterização das tarefas do movimento e manobra

Como proposto no primeiro capítulo, de seguida iremos efetuar um paralelismo das diferentes tipologias de ações utilizadas na campanha militar, face à atual função de combate Movimento e Manobra, onde então, se enquadram as seguintes dimensões e identificadores identificados e descritos.

##### 4.1.1. Projeção de forças e ocupação de zonas de reunião

Em relação à projeção de forças, “até 1974, o mar era a grande via de ligação ao império, tendo mais de 90 por cento da carga e 80 por cento do pessoal metropolitano empenhado na guerra sido transportado por navios.” (Afonso & Gomes, 2000). Como a Guiné de todos os teatros era o que tinha infraestruturas mais deficientes, podemos atestar que quase a totalidade dos movimentos de projeção e retração de forças estratégicos foram pelo vetor mar. Em relação a movimentos internos no teatro (de Bissau para o interior), devido ao mau estado da rede rodoviária, a maior parte dos movimentos faziam-se por via

---

<sup>4</sup> Os manuais “Guia para o Emprego Tático das pequenas unidades da contra-guerrilha” de 1961 e o apoio das autoridades civis de 1962, foram substituídos pelo guia “O exército na guerra subversiva de 1963”.



fluvial. Já para o fim da campanha, muitas das estradas já se encontravam asfaltadas, mas sempre com a ameaça constante das emboscadas do PAIGC. Alguns movimentos eram efetuados também utilizando os meios aéreos disponíveis no TO. Conforme podemos constatar na entrevista em anexo ao Cor Tir Inf ‘Cmd’ Raúl Folques, e também pelas descrições das ações ofensivas e defensivas já mencionadas, as ocupações de zonas de reunião ou base de assaltos, eram efetuadas recorrendo a viaturas ou por movimentos apeados.

#### **4.1.2. Manobra e movimentos táticos e fogo direto**

Na tarefa Manobra e Movimento Táticos, e conforme já foi explanado, a Guerra do Ultramar, à exceção de no final da guerra terem sido levado a cabo ataques de maior envergadura, como foram os assaltos às posições de Guidage e Guilege, no Norte e Sul da Guiné respetivamente, caracterizou-se maioritariamente por ações de contraguerrilha de pequena envergadura. Ações que foram descritas no primeiro capítulo constatarem este facto, visto que nunca ultrapassavam os três ou quatro dias e raramente excediam o efetivo de uma companhia.

Conforme a Ordem de Operações nº1 da Operação Tridente, de janeiro de 1964, a operação conjunta com forças do exército e destacamentos de fuzileiros especiais, podemos verificar, que na sua maioria, se verificaram ações de limpeza e ocupação de zonas, para “proceder à ocupação militar, à recuperação da população e controle dos recursos locais e facilitar o posterior estabelecimento da autoridade administrativa.”<sup>5</sup>

A execução de fogos diretos sobre o inimigo era utilizado na maior parte, senão mesmo em todas as ações descritas.

#### **4.1.3. Obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos**

Embora na entrevista do Cor Tir Inf ‘Cmd’ Raúl Folques se possa ler que não existia obscurecimento do campo de batalha no batalhão de comandos, segundo a doutrina da época, eram utilizados fumos de ocultação e obscurecimento para a execução das ações, maioritariamente recorrendo aos morteiros que acompanhavam as forças.

#### **4.1.4. Mobilidade e contramobilidade**

A Engenharia teve um papel preponderante na campanha da Guiné, nomeadamente em relação à mobilidade, e como já foi referido no levantamento e melhoramento de itinerários, e também conforme o indicador limpeza de obstáculos durante deslocamentos táticos.

---

<sup>5</sup> Documento do AHM, PT AHM-DIV-2-4-312-1 - OOp nº1/64 Op Tridente.



#### **4.1.5. Pesquisa de informação**

No que concerne à pesquisa de informação, no Teatro existia um Esquadrão de Reconhecimento com uma das missões atribuídas a *pesquisa de informação*. Em relação às ações já descritas anteriormente, as patrulhas de vigilância, tinham como objetivo obter informação, tarefa comumente atribuída às unidades com a função de quadrícula.



## 5. Operação *Mar Verde*

*“o terreno vale pela população que nele está implantada”*

General António de Spínola

### 5.1. Enquadramento

Neste subcapítulo será feito um enquadramento onde se dão a conhecer alguns fundamentos que deram início a mudanças de paradigma relativamente à forma de pensar a guerra na Guiné. Mudança que mais tarde daria origem a uma operação arrojada, a operação *Mar Verde*. Será ainda feita uma análise aos fatos apurados desta operação, à luz da doutrina de hoje, especificamente na função de combate movimento e manobra.

Relativamente à implementação territorial do dispositivo militar na Guiné, houve um entendimento de Spínola, em reduzir algumas bases militares e que após aprovação em reunião das chefias militares com o Presidente do Conselho, foi aprovada. Uma dessas bases seria Madina do Boé, uma base que consumia demasiados recursos, sendo frequentemente atacada pelo PAIGC, devido à sua proximidade com a República da Guiné. Spínola dava razão ao entendimento quanto à forma de fazer a guerra de guerrilha, forma esta, baseada na ideia de que *“o terreno vale pela população nele está implantada”* (Marinho, 2006, pp. 59, 60).

O PAIGC tinha sede e bases de apoio e sustentação na República da Guiné, utilizando o terreno além-fronteira como “refúgio” após ataques às FFAA portuguesas, aproveitando-se do facto de ser terreno fora das fronteiras nacionais e onde os portugueses não operavam. É de salientar que o regime vigente na República Democrática da Guiné corroborava com a presença das bases do PAIGC no seu território (Marinho, 2006, pp. 51, 52).

Havia um apoio confirmado por parte da União Soviética ao PAIGC, e informação da existência de três lanchas rápidas de classe P-6, algumas embarcações a motor de menor importância, e alguns aviões MIG no aeroporto. Todos estes meios se encontravam na República da Guiné e foram fornecidas pela União Soviética (Marinho, 2006, p. 60).

Calvão em finais de agosto de 1969, viaja até Lisboa, para se encontrar com Spínola, materializando a proposta para a realização desta operação de grande envergadura e esta é aceite (Marinho, 2006, p. 62).



## 5.2. Objetivos e Preparativos da Operação

Na operação foram envolvidas as seguintes Forças:

- ✓ Destacamento de Fuzileiros Especiais 21 - 80 homens;
- ✓ Uma companhia de comandos africanos -150 homens;
- ✓ Exército de Libertação de Guiné-Conacri, (Guineenses a receber treino em Soga, opositores do governo de Sekou Touré) - 200 homens.

Para a operação Mar Verde inicialmente foram esboçados por Apoim Calvão cerca de 50 objetivos, que teriam que ser redefinidos pela falta de meios para a prossecução dos mesmos, os seguintes objetivos, fazendo parte das intenções de Portugal (Marinho, 2006, p. 85):

- ✓ Fazer um golpe de estado em Conacri, para empossamento de um governo favorável às intenções de Portugal na Guiné (este facto seria cautelosamente omitido na OOp);
- ✓ Destruir Quartel-General central do PAIGC;
- ✓ Libertar prisioneiros portugueses que ali se encontravam;
- ✓ Destruir as vedetas e embarcações do PAIGC e Guiné que se encontravam no porto de Conacri;
- ✓ Neutralizar a aviação no aeroporto.

Cada grupo tinha o seu objetivo na missão destacando-se os mencionados na Tabela

1.

Tabela 1 - Objetivos de cada Grupo da Operação Mar Verde

<b>Grupo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Organização da Operação (quanto à finalidade, à luz da doutrina atual)</b>
Alfa (cerca de 10 homens, não chegaram ao local, o guia não encontrou o local, e ao serem atacados tiveram que retirar)	Palácio presidencial, golpe de estado	decisiva
Bravo	Ministério do Interior	moldagem
Charlie	Direção Gendarmerie (neutralizar forças)	moldagem
Delta	Casas Béavogui e Djallo (de ministros	moldagem



	de Sekou Touré)	
Eco	Gendarmerie (neutralizar forças)	moldagem
Foxtrot	La Paternelle (cubanos) (neutralizar forças)	moldagem
Golf	Correios	moldagem
Hotel	Emissora Boulbinet (silenciar emissora)	moldagem
Mike	Quartel Samory (neutralizar forças)	moldagem
India	Central elétrica (cortar energia)	moldagem
Oscar (segue em botes)	Guarda Republicana (neutralizar forças)	moldagem
Sierra	Aeroporto (neutralizar aviação)	esforço inicial
Zulo (seguem em 10 botes zebro)	PAIGC em Villa Silly (Amílcar Cabral)	esforço subsequente
Victor (seguem em 3 botes zebro)	Neutralizar Vedetas (marinha de guerra)	esforço subsequente

A base escolhida para planeamento, preparação e treino é estabelecida na Ilha de Soga no arquipélago de Bijagós, a cerca de 220 km do objetivo, e todas as condições e efemérides são cuidadosamente analisadas por Calvão. O objetivo desta escolha de local para preparação da operação, teve a ver com o isolamento necessário para a manutenção do secretismo da mesma (Marinho, 2006, p. 70).

### **5.3. Caracterização das tarefas do Movimento e Manobra**

O contingente foi transportado em quatro Lanchas de Fiscalização Grandes e duas Lanchas de Desembarque Grandes, estava assim constituído o task-group, sendo o seu comandante, naturalmente, Apoim Calvão (Marinho, 2006, p. 84 e ss). Cada grupo levaria



consigo um número semelhante de elementos do Exército de Libertação de Guiné-Conacri (Marinho, 2006, p. 93).

A organização definida na operação foi a de dividir a força em grupos (unidades de escalão pelotão, ajustando este efetivo ao objetivo em causa).

Os movimentos táticos onde cada um iria ao seu objetivo, eram todos eles praticamente em simultâneo, evitando assim reforços do Inimigo em qualquer um dos outros objetivos, os deslocamentos táticos (Marinho, 2006, p. 100). Os grupos Oscar, Victor e Zulu, com objetivos distintos, seguem desde as lanchas até mais próximo dos objetivos transportados em botes Zebro (Marinho, 2006, p. 120).

Sobre ocupação de zonas de reunião, além das reuniões por grupos após desembarque das lanchas em Conacri, nenhuma informação foi encontrada durante a investigação. À hora combinada ou ordem rádio se reuniram novamente nas respetivas lanchas para embarque e respetiva exfiltração (Marinho, 2006, pp. 138, 141).

Os grupos nesta operação foram armados apenas com armas de tiro direto e morteiros de calibre 82 mm, de fabrico russo. Note-se que o motivo deste facto seria pelas limitações da operação Mar Verde, onde só poderia ser utilizado equipamento que não ligasse Portugal ao ataque, assim não foram utilizadas viaturas em terra, como tal não foram levados materiais e armamento pesado que não pudesse ser transportado pelos militares apeados (Marinho, 2006, p. 79).

Ao nível do obscurecimento do campo de batalha, não há relatos da utilização de fumos, ou qualquer outro meio de obscurecimento, no entanto, houve sempre a preocupação de dissimulação, quer fosse pela escolha da data da própria operação, em que havia uma bruma que permitia uma aproximação a terra de forma dissimulada, quer fosse pela hora a que se deu a aproximação, quer ainda e pela forma silenciosa e célere com todas as aproximações aos objetivos foram executadas, tendo praticamente em todas elas, obtido grande efeito de surpresa e assim, quase não houve resposta Inimiga, exceto no caso do objetivo do grupo Echo (Marinho, 2006, p. 69).

Ao nível da mobilidade através de obstáculos, apenas há a registar a aproximação a Conacri, que por razões óbvias teve que ser feita com auxílio de lanchas. No terreno não havia qualquer obstáculo para os portugueses, dada a natureza urbana da maioria dos objetivos, e o fator surpresa causado, apesar dos relatos de que o presidente Sekou Touré, saberia da eminência de um ataque português a Conacri (Marinho, 2006).

Não foram lançados quaisquer obstáculos para obtenção de contramobilidade. O ataque português foi rápido, altamente destrutivo, quer de instalações, quer de pessoal, e a



retirada dos objetivos e posterior exfiltração também foi planeada por forma a que não desse tempo à execução de uma resposta efetiva por parte das forças de Conacri (Marinho, 2006).

Pode-se dizer que o ponto fraco desta operação foi a falta de informação disponível. De todos os objetivos classificados no trabalho como parte de uma operação decisiva, apenas a localização dos prisioneiros e a localização das vedetas de marinha estavam conforme as informações obtidas. Os aviões MIG que era suposto estarem no aeroporto já não se encontravam nesse ponto haviam alguns dias. Os portugueses temiam uma resposta em forma de ataque aéreo perpetrado por essas aeronaves, apenas mais tarde se viria a descobrir que a aviação guineense estava inoperacional (Marinho, 2006, pp. 137, 142). Sekou Touré conseguiu sair e fugir da sua residência, ao ouvir os primeiros tiros, foi aconselhado pelos seus “homens” mais próximos (Marinho, 2006, p. 120). Amílcar Cabral não se encontrava na sua residência, de facto encontrava-se fora do país haviam alguns dias, mais uma falha das informações, desta feita pela parte da Direção Geral de Segurança. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) não tinha quaisquer elementos em Conacri conforme afirma Calvão: “a PIDE não tinha agentes nas embaixadas e nos consulados, ao contrário do que acontecia com outras polícias secretas. Na República da Guiné ou no Senegal não havia rede de informações constituída.”, corroborado por Matos Rodrigues<sup>6</sup>: “Em Conacri, a PIDE não tinha nada. Tinha em Dar-es-Salam (Tanzânia) um português, com passaporte francês, que eu aliciara quando estive em Moçambique. Tentei metê-lo em Conacri antes da invasão, mas eram necessários três meses para conseguir um visto.” (Marinho, 2006). Na realidade a principal fonte de informações era um Ex desertor Fuzileiro, de nome Alfaiate, e que tinha passado algum tempo enquanto desertor, em Conacri (Marinho, 2006, p. 126).

---

<sup>6</sup> Agente da PIDE, colaborante da operação Mar Verde desde o início do planeamento.



## Conclusões

A metodologia de análise apresentada no primeiro capítulo foi aplicada nos capítulos seguintes onde se procurou identificar e quantificar os identificadores por forma a permitir caracterizar as dimensões do objeto de estudo.

A metodologia definida, associando perguntas derivadas a capítulos, permitiu responder às perguntas derivadas, contribuindo para atingir os objetivos específicos e consequentemente responder à pergunta de partida.

Face à nova tipologia de adversário, a doutrina portuguesa teve de abandonar os requisitos e padrões de desempenho da OTAN e adaptar-se a uma nova realidade. Para tal desenvolveu-se doutrina, aplicaram-se técnicas, táticas e procedimentos adequados e geraram-se forças adaptadas à nova ameaça existente.

No segundo e terceiro capítulo, verificou-se que foram rentabilizadas as forças existentes no TO da Guiné, nomeadamente as unidades de Artilharia e Cavalaria que atuavam como a Infantaria para desempenhar as designadas “missões de quadrícula”.

No quarto capítulo verifica-se que todas as dimensões do objeto em estudo eram aplicadas no período em análise, embora de forma não especificada e agrupada como atualmente o é onde as dimensões figuram juntas aquando no planeamento e difusão de ordens (caso do subparágrafo *Movimento e Manobra* do articulado atual de uma Ordem de Operações). Não existe uma ligação simbiótica perfeita nas nomenclaturas entre a doutrina da guerra ultramarina e a doutrina atual. Nota-se, contudo, que havia à época, uma preocupação com praticamente todos os pormenores do planeamento das operações militares muito semelhante à de hoje em dia em que se identificam todas as dimensões da metodologia de investigação.

Na operação *Mar Verde* não é possível identificar as dimensões de Mobilidade e Contramobilidade e Obscurecimento do Campo de Batalha e também não é claro o esforço depositado na pesquisa de informação.

A hipótese formulada, verificou-se, de que em analogia com o TO de Angola, o TO da Guiné-Bissau também contribuiu para a evolução do conceito *Movimento e Manobra* atual.

A entrevista a um ex-comandante de uma unidade de tropas especiais no TO e a opção de análise de uma operação não convencional de grande envergadura levou a uma abordagem de uma perspetiva que permite dissociar a doutrina escrita com a execução prática tendo em conta as particularidades dessa força e dessa operação.



Este trabalho contribuiu para uma análise prática do enquadramento doutrinário do período em estudo confrontado face à doutrina atual, contribuindo para um conhecimento da evolução da doutrina desde as operações no TO até à doutrina atual.

Esta investigação recorreu maioritariamente à bibliografia existente relacionados com o tema. Recorreu-se também a fontes primárias como consulta de documentos oficiais e a uma entrevista. Estas fontes são limitadas na medida em que existe dificuldade de entrevistar atualmente militares que tenham sido comandantes de Unidades de Escalão Batalhão (UEB) ou superior ou com responsabilidade análoga e assim sensibilidade para as questões doutrinárias e de execução. Como pesquisa futura, a análise transversal de várias operações neste TO traria contributos e considerações que permitiriam continuar e refinar a investigação deste trabalho.



## **Bibliografia**

- Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2000. *Guerra Colonial*. 2ª ed. Lisboa: Notícias Editorial.
- Arquivo Histórico Militar, 1964. *Ordem de Operações Nº1/64 - Operação Tridente* [papel] PT AHM-DIV-2-4-312-1. Bissau: AHM.
- Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Borges, J., Pereira, R., Baldaia, S. & Vieira, E., 2016. FUNÇÃO DE COMBATE MOVIMENTO E MANOBRA. Em: *A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola: Estudo da aplicação da força por funções de combate*. Lisboa: Instituto Universitário Militar, pp. 101-140.
- Cann, J. P., 2005. *Contra-Subversão em África, 1961 - 1974*. s.l.:Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda.
- EME/CECA, 1989. *Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 3º Volume - Dispositivo das Nossas Forças - Guiné ed. Lisboa: EME/CECA.
- EME/CECA, 2015. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 1ª Edição ed. Lisboa: EME/CECA.
- EME, 1963. *Guia para o emprego tático das pequenas unidades na contra guerrilha*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume II*. 2ª ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército dos EUA, 2016. *ADRP 3-0 Unified Land Operations*. Washington: Exército dos EUA.
- Exército Português, 2007. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 5-00 Planeamento Tático e Tomada de Decisão*. Lisboa: s.n.
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2015. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-01-00: Tática das Operações de Combate - Volume I*. Lisboa: s.n.
- Folques, R. M. S., 2017. *Coronel de Infantaria Tirocinado 'Cmd'* [Entrevista] (27 abril 2017).
- Marinho, A. L., 2006. *Operação Mar Verde*. Lisboa: Temas & Debates.
- Melo, J. d., 1988. *Os anos da Guerra 1961-1975: Os Portugueses em África*. Lisboa: Circulo de Leitores.



Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva.

Vaz, N. M., 2003. *Guiné 1968-1973: Soldados de uma vez, sempre soldados!*. Lisboa: Tribuna.



## **Anexo A - Entrevista ao Sr. Cor Tir Inf ‘Cmd’ Raúl Miguel Socorro Folques**

### **Entrevista ao Sr.**

#### **Coronel Tirocinado de Infantaria, Comando, Raúl Miguel Socorro Folques**

*Parede, 27 de abril de 2017*

Relativamente ao TO da Guiné-Bissau,

**P1: Em que período desempenhou funções no TO da Guiné Bissau?**

Desde junho de 72 a maio de 74.

**P2: Qual a unidade de colocação?**

Foi sempre no Batalhão de Comandos.

**P3: Que funções desempenhou no TO da Guiné-Bissau?**

De 2º Comandante (Cmdt) do Batalhão de Comandos (BatCmds) e depois Cmdt de Batalhão. Estive um ano como Cmdt Bat e o resto como 2º Cmdt.

**P4: A nível de hierarquia o BatCmds respondia a quem?**

Respondia ao Comando-Chefe.

**P5: De que forma o BatCmds se organizava? Em companhias ligeiras ou pesadas?**

Os comandos eram companhias ligeiras, as companhias pesadas na vossa nomenclatura são outras. No meu tempo não havia essa distinção. Havia companhias de caçadores ou atiradores, companhias que se transportavam motorizadas e companhias que se transportavam em viaturas de combate de infantaria, chaimites, e depois as viaturas de lagartas M10 americanas que levavam uma secção. As nossas companhias eram companhias ligeiras que iam para as zonas de operações de viatura até próximo da zona de operação, depois progredíamos e desenvolvíamos a pé.

**P6: Como estava organizado o BatCmds?**

Era formado por 1 CCS, 3 companhias de comandos africanos e 2 companhias de comandos da metrópole. As companhias de comandos africanas eram a 1ª, 2ª e 3ª. As companhias da metrópole eram a 35 e 38. Depois a 35 foi substituída e já no fim a 38 também foi substituída mas na altura do 25 de abril.



**P7: As companhias de comandos tinham mistura de militares de companhias de afinidade diferentes?**

As companhias de africanos só tinham africanos e as companhias da metrópole podiam ter africanos.

**P8: O batalhão atuava como um todo?**

O batalhão saía como um todo, mas as companhias também eram projetadas isoladamente, sob o comando ou coordenação do batalhão. O batalhão atuava em operações de especial dificuldade.

**P9: As unidades de comandos atuavam como força de intervenção das unidades de quadricula?**

Em Angola sucedeu, na Guiné não era bem assim. Na Guiné, ia para uma determinada zona, sendo-lhe dada uma missão, um objetivo. Sucedeu mais que uma vez as companhias 35 e 38 serem retiradas ao batalhão e iam reforçar os CAOP/COP, comandos operacionais.

**P10: Havia distinção na utilização das companhias africanas para as outras?**

Não, eram utilizadas igual.

**P11: A organização que o General Spínola introduziu no Teatro foi uma melhoria?**

Não sei qual era a anterior, quando cheguei já estava lá o General Spínola. Todos os Cmdts chefes se adaptaram ao Inimigo (In) e a evolução que o In veio a ter. Com os Cmdts chefes ao adaptarem-se ao In, evolui o conceito, evoluiu o dispositivo, mas ao evoluir o dispositivo houve sempre melhorias apesar que o In foi ficando mais forte, especialmente quando começou a utilizar o *Strela*. Com o *Strela*, praticamente durante um mês vimo-nos privados de um apoio consistente e fiável de apoio aéreo.

**P12: Davam o curso de comandos?**

O curso era dado em Fa Mandinga. Quando cheguei estava a 2ª companhia em formação. Depois disso formamos a 3ª e ainda um curso para recompletamentos.



**P13: As unidades de quadrícula tinham batalhões no terreno e como se materializavam os CAOP?**

O COP era comando de major e o CAOP de tenente-coronel ou coronel. O CAOP enquadrava batalhões e o COP um batalhão reforçado (acho que foram utilizados mais para o sul).

**P14: Algumas vezes foram criadas zonas de intervenção de Cmdt chefe?**

Em Angola foram criadas, na Guiné lembro-me que foi criada na Matina do Boé.

**P15: Qual a base doutrinária que seguiu para as operações?**

Havia uns livros de capa azul, o *Exército na Guerra Subversiva*, mas tenho impressão que não eram livros para General, eram mais para Alferes e Tenente ou mesmo Capitão, era um livro para máximo nível companhia, ensinava emboscada, contra emboscada, batidas, golpe de mão. Eram dois ou três volumes. Também era muito bom o *Manual do Oficial Miliciano* que também era para nível de alferes e tenente.

**P16: A projeção do batalhão como um todo era responsabilidade do batalhão ou contavam com apoio externo?**

Quando havia deslocamento do batalhão, entrávamos em contato com a secção da logística, e normalmente eram movimentos compostos, não só um único movimento. Lembro-me que numa operação fomos de navio de Bissau a Bafatá, depois até Pitche fomos de viatura, eram viaturas civis alugadas, contratadas, com uma escolta militar. Os deslocamentos eram feitos de forma barata. Já em Angola não, os batalhões, as companhias tinham viaturas que chegavam para o pessoal todo. O batalhão não tinha os meios motorizados que haviam em Angola.

**P17: Os helicópteros foram utilizados nas operações?**

Eram muito utilizados para Heli assaltos e para evacuação. Não haviam tantos helicópteros na Guiné como em Angola e Moçambique mas os suficientes para apoiar uma operação.

**P18: Empregavam fumos no âmbito do obscurecimento do campo de batalha?**

Não. Por vezes usávamos granadas de fumos para quando o helicóptero aterrava para sinalizar...



**P19: O batalhão executava ações de mobilidade e de contramobilidade?**

Nos movimentos mais perigosos era feita a desminagem com picadores que iam à frente. Em movimentos abertos em mata rala ia uma viatura pesada à frente e abria uma picada. Não sei se podemos considerar como contramobilidade os perímetros clandestinos que montávamos para pernoitar. Nos seus acessos para dificultar qualquer abordagem In, armadilhávamos com granadas-armadilhas ou granadas.

**P20: Haviam unidades de reconhecimento? Eram atribuídas tarefas de reconhecimento ao batalhão?**

Haviam unidades de reconhecimento mas não eram usadas como tal. Na operação mandava-se parar o pessoal para se ir reconhecer à frente mas normalmente não se fazia reconhecimento antes da operação. O reconhecimento aéreo dava informação sobre as bases inimigas. Era conduta, não havia esse planeamento de reconhecimento.

**P21: Destas dimensões quais eram as vertidas na OOp?**

Dimensões:

- 1 - Projeção de Forças e Ocupação de Zonas de Reunião
- 2 - Manobra e Movimentos Táticos
- 3 - Fogo Direto e Obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos
- 4 - Mobilidade e Contramobilidade
- 5 - Pesquisa de Informação

Colocava-se o que se sabia do In, a articulação de forças e depois a nossa ideia de manobra (por exemplo, a companhia A vai longo deste eixo, a companhia B vai ao longo daquele eixo, a companhia C vai ao longo daquele eixo) e depois uma reserva que se mantinha ou não caso se pudesse empregar ou não.

**P22: A nossa Artilharia era usada para obscurecimento do campo de batalha?**

Não. Nem levávamos um observador conosco...

**P23: Existiam forças não regulares, milícias ou grupos especiais?**

Tinham companhias de caçadores nativas, companhias de comandos, 1 destacamento de fuzileiros e havia várias companhias de milícias. Era tudo africano. E havia a polícia administrativa que era africana.

**P24: O batalhão só executou operações ofensivas?**

Sim. Sempre. O batalhão só executou operações ofensivas.



**P25: Porquê que de 1963 a 74 a quantidade de militares africanos subiu significativamente?**

Aumentou o número de companhias nativas de caçadores de tal maneira que o General Spínola viu-se na necessidade de graduar algum pessoal para comandar estas companhias. Os africanos tinham motivação, combatiam. Contra o PAIGC tinham vinganças, tinham sido maltratados, eles tinham motivação. Por outro lado como combatentes das nossas forças eram bem alimentados e pagos.